

Handwritten signature

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

12 DE ABRIL DE 2006

- PRESIDENTE** - JOSÉ LOPES SILVANO
- VEREADORES PRESENTES** - NUNO MANUEL MACEDO PINTO DE SOUSA
- ANTÓNIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO
- MARIA DA GRAÇA FARIA CALEJO PIRES
- MARIA GENTIL PONTES VAZ
- HERNÂNI FERNANDO RODRIGUES
- JOSÉ ASSUNÇÃO LOPES MAÇAIRA
- VEREADORES AUSENTES** - NENHUM
- SECRETARIOU** - LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA - DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
- HORA DE ABERTURA** - 09 HORAS
- OUTRAS PRESENÇAS** - ANTÓNIO MARIA DE CARVALHO - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE
- JORGE EDUARDO GUEDES MARQUES - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS
- MARIA ADELAIDE FERNANDES - DIRECTORA DO DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL (EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)
- LOCAL DA REUNIÃO** - PAÇOS DO CONCELHO - SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O atraso desta acta (com referência à acta de 29/03/2006) resulta de o anterior microfone ter provocado problemas de audição, esperamos que este já não provoque.

----- O Senhor Director de Departamento de Administração Geral e Finanças perguntou se havia algumas considerações a fazer "Antes da Ordem do Dia"?

01 – Envio de correspondência errada.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que tinha algumas observações a efectuar, pelo que procuraria ser breve e sintético. Informou o Executivo que continua a receber correspondência pertencente ao Deputado Municipal Dr. Luís de Sousa (tendo mostrado um envelope da Esproarte).

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Esta já não percebo.

02 – Ordenação dos mandatos nas Actas.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: que tinha verificado que nas actas mais recentes a ordenação dos mandatos não estava correcta. Existiu um pedido de suspensão, mas os mandatos mantêm-se, sendo a ordem do mesmo alternada, nomeadamente: primeiro PSD, segundo CDS, depois PSD, CDS, PSD, CDS e PSD. O que tem vindo a acontecer é o seguinte: PSD, PSD, depois CDS, PSD, CDS, PSD e por fim CDS.

----- O Senhor PRESIDENTE questionou na identificação dos Vereadores, nas presenças?

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: O Sr. Presidente ainda não tinha reparado, senão já tinha corrigido!...

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Não está correcta a ordem dos mandatos.

03 – Encontro Nacional de Estudantes de Solicitadoria.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação ao Encontro Nacional de Estudantes de Solicitadoria apenas pretendo deixar para registo umas palavras de merecimento ao núcleo de estudantes da Escola Superior de Tecnologia e

Gestão, que souberam promover, um evento sobre os seus desafios profissionais, na sua área profissional, na área de solidariedade. Tive a oportunidade de estar presente no colóquio, pude constatar que se tratou de um evento com qualidade e de âmbito também nacional. Desde já, quero, também, agradecer o empenho pessoal que o Sr. Presidente teve em relação ao apoio logístico desse encontro.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

04 – Questões Urbanísticas Várias.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Existem algumas questões urbanísticas de que fui alertado por vários municípios, nomeadamente junto ao café Cocheira, onde existe um vão livre, junto a um corredor exterior, que necessita de uma guarda que providencie uma barreira de protecção especialmente para crianças e inuisuais, tendo em conta a diferença de cotas bastante acentuada, onde poderia alguma criança, inadvertidamente, cair.

Referiu, ainda, outra situação junto ao Flor de Sal, no lanço de escadas exteriores. Considerou, ainda, que essa escadaria deveria ter uma guarda de protecção para que os utilizadores do parque, principalmente as crianças, não pudessem, inadvertidamente, cair.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05 – Erros gramaticais na Agenda Municipal.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que, em relação à Agenda Municipal deste mês, pode verificar que alguns textos, estavam mal estruturados, em termos gramaticais, evidenciando-se, inclusive, um fraco conhecimento da língua portuguesa, por parte de quem os elaborou e por quem os tenha supervisionado. Também referiu que existem termos técnicos que não são os mais correctos nomeadamente “Arquitectura Paisagística” devendo-se ler “Arquitectura Paisagista”. Na Secção de Obras, existe uma aldeia como estando praticamente toda calçada. Ora, ou está toda ou não está. Dizer que está praticamente toda calçada não é o mais correcto.

Em relação às obras de Torre D. Chama, foi referido “um projecto arquitectónico”, quando muito é uma intervenção urbanística. Referiu, ainda, “isto é um urbanismo de melhor qualidade que chega à Torre, proporcionando melhor qualidade...” salientando o facto de que a palavra “qualidade” repetia-se na mesma frase. Fica-se com a sensação que existe alguma falta de coordenação.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNANI RODRIGUES disse: Relativamente à situação da agenda tem o seu valor de custo. A mim parecia-me que seria mais conveniente colocar ali uma análise de custeio, onde incorporar os custos de trabalho, de maneira a transparecer mais claramente os valores gastos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação à ficha técnica, pude verificar que a Senhora Vereadora é, agora, a responsável pela agenda e quero saber se é sua pretensão continuar a apresentar a fraca qualidade deste serviço, especialmente como foi aqui demonstrado, neste último exemplar. Perguntou também se considera o trabalho desenvolvido por quem é responsável pela coordenação e redacção, um trabalho justificável do salário que essa pessoa aufer, cerca de 2.300€, do erário público.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06 – Exposição “Mobiliário de Autor”.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação à exposição “Mobiliário de Autor”, gostaria que a Senhora Vereadora me explicasse como é que este evento veio para Mirandela.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Em relação às primeiras observações, antes da Senhora Vereadora lhe responder, digo-lhe, que tomei toda a atenção das coisas ditas aqui. Em relação à ficha técnica da agenda dizer-lhe, apenas, que voltou à situação inicial, ou seja, antes era o Vereador dos Serviços da Cultura que era o responsável, só passou a ser o Presidente da Câmara depois de ele tomar a atitude, na Câmara, de sair. O objectivo é repor a situação e devolve-la ao Pelouro da Cultura. Aliás a única justificação é essa, porque o Presidente pode coordenar a agenda, mas não pode, tecnicamente, ser o Director da mesma.

Se o ordenado justificava: essa prestação de serviços foi feita há 4 anos, atrás, e foi renovada há 2, com base numa justificação perfeitamente dada pelo sector, não só para a agenda mas para outros trabalhos que a agenda inclui, nomeadamente, comunicação social, publicações de cinemas a exhibir. Outra situação é do recibo verde que não correspondem ao valor bruto do que se recebe, que é quase 1/3 daquele valor, por desconto. Essa não é da responsabilidade da Senhora Vereadora, é da responsabilidade do Presidente da Câmara que, ao aceitar a sugestão do anterior Vereador, foi e é responsável por ela até acabar, o que acontecerá quando entender que já não se justifica.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GENTIL VAZ disse: Sobre o “Mobiliário de Autor”, eu fui informada por um colega que estava a decorrer em Alfândega da Fé esta exposição. Como nós temos tido reuniões na Associação de Municípios, os 5 Municípios da Terra Quente estamos a tentar fazer com que haja itinerância de alguns eventos, exposições entre os 5 Municípios. O colega perguntou-me se estava interessada e eu fiquei receptiva, uma vez que se tratava do Teixeira Lopes.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Pois, porque esta exposição teve a sua inauguração, em Alfândega da Fé.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GENTIL VAZ disse: E estamos a tentar, não sei se sabe, nos 5 Municípios fazer uma espécie de especialização de recursos. Nós, por exemplo, contribuímos com a Esproarte, depois Alfândega da Fé, neste momento, trabalha muito com o Teixeira Lopes, quer em arquitectura, quer em pintura. Estamos a tentar fazer um levantamento. Foi daí que surgiu a exposição e, claro, o contacto com o Teixeira Lopes.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA referiu, ainda, que considerava demasiado pretensioso por parte de quem escreveu o texto sobre o evento, salientando como exemplo: "...de grande significado e alcance como só ele sabe visto ser um dos grandes expoentes das artes e da cultura portuguesa...". Não critica tais elogios, mas tendo em conta as grandes referências da Arquitectura Portuguesa tais como Siza, Souto de Moura e Graça Dias, considerou excessivo.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O responsável por esse texto sou eu não é a Senhora Vereadora e, a propósito, conheço o Arquitecto Teixeira Lopes, numa versão de tertúlias literárias e artísticas, onde de facto é conhecido mais do que até na arquitectura. É considerado um vulto da língua portuguesa e da cultura portuguesa, e era mais, nesse sentido e não na parte de arquitectura, pois nem sei qual é a obra do Arquitecto Teixeira Lopes, neste domínio.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

07 – Transportes Públicos da C.M.M.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Já agora gostava de perguntar, porque razão não existem paragens dos autocarros, devidamente identificadas, como nas outras cidades. Perguntava qual a política de gestão da situação dos autocarros.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Os autocarros existentes funcionam em linha azul, o que pressupõe que não tenham paragens. Já têm quase 6 meses de execução e já sabem mais ou menos quais são os pontos onde recolhem, onde não recolhem, quais são os picos, quais são as horas em que é preciso fazê-lo. O Eng.º Milheiro está a coordenar todo esse trabalho e tem um relatório para apresentar à Câmara. Enquanto se mantiver o sistema de linha azul não haverá paragens pré-determinadas. O relatório que o Eng.º Milheiro está a elaborar prevê que se saibam os picos e há umas placas de sinalização urbana que diz em linha azul e serão colocadas em determinados sítios, pelo menos, naqueles que sejam identificados como locais onde entra e sai muita gente. Isso pressupunha um estudo, porque nós próprios não sabíamos bem se deveríamos colocar as placas de 100m em 100m ou 50m em 50m. O Eng.º Milheiro já me entregou uma ideia dele. Antes de decidirmos na Câmara, até posso fornecer esse estudo, para verem quais são os locais propostos para paragem.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Chegaram-me aos ouvidos algumas situações, até um bocado caricatas, nomeadamente de condutores se meterem atrás, em carros, com finalidade de recolher pessoas que viajavam no autocarro apitando-lhe para sair.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Se têm carros não devem precisar de autocarros.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Não, a questão é que iam conhecidos nos autocarros e queriam recolhe-las.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Há uma coisa que era preciso saber. Era a questão de Carvalhais e agora de Chelas e, também, colocam a questão de Golfeiras, situações que têm algumas dificuldades em deslocação, nomeadamente, os mais necessitados e idosos, que não estão para andar de táxi de um lado para o outro e nós não percebíamos muito bem como isso poderia ser. E a linha azul precisa de tempo para se poderem tirar conclusões. Eu não posso colocar 100 placas para ele parar em todo o sítio, pode não justificar. Mas tenho que colocar 10 ou 15 onde são os sítios que ele considere mais procurados. Ele fez esse estudo, se o analisarem também podem dar uma ajuda nisso.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

08 – Nomeação da Sra. Vereadora para Presidente da Direcção da ESPROARTE.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Em relação à Esproarte recebi um convite, no passado dia 31 de Março. Reparei que a Senhora Vereadora é Presidente da Direcção. Gostaria de solicitar ao Senhor Presidente, a cópia de parecer jurídico que fundamenta esta nomeação, uma vez que também é Vereadora a Tempo Inteiro, aqui, na Câmara Municipal de Mirandela.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu explico. O parecer jurídico pode ser pedido, mas se calhar nem é preciso. A Esproarte neste momento funciona, não como uma entidade da Câmara Municipal, mas como uma cooperativa ou uma associação que foi constituída entre a Câmara, a Associação de Socorros Mútuos e a Associação Comercial porque é obrigatório, por lei, para que as entidades surjam em termos de âmbito comunitário, para terem verbas do PRODEP. Essa associação de arte chama-se Artemir tem os órgãos sociais normais, de estas três instituições, cujo Presidente da Artemir sou eu como Presidente da Câmara porque é obrigatório por lei. Essa associação que pode dar para várias actividades tem uma, que é a Escola de Música de Mirandela. Pode dar para mais, pode fazer uma academia, pode fazer o que entender dentro do domínio das artes.

A escola em si tem que ter uma direcção própria que é designada por Esproarte que é a escola de Arte de Mirandela. Chama-se assim porque é uma realização da Artemir.

Como Presidente da Câmara das duas instituições, não tinha, minimamente, tempo nem disponibilidade para estar a acompanhar, mais de perto, a escola, nomeadamente, os principais problemas que ela possa ter, em termos pedagógicos, em termos de relacionamento de alunos, professores, dessas situações que são sempre sensíveis no ambiente escolar.

O Director Pedagógico, praticamente, assumia todas essas funções, porque eu não tinha tempo para lá ir. Ninguém tem remunerações nestes cargos porque a lei prevê que ninguém receba rigorosamente, nada. E nós entendemos, na última reunião da Artemir, nós direcção da Artemir, que a escola tinha que ter uma direcção mais próxima, e a Senhora Vereadora tem sensibilidade para estas matérias porque vem da área da educação, já acompanhou os alunos na residência de estudantes, conhece-os mais facilmente, no eventual despertar de alguns conflitos. Eu achei que era mais conveniente estar ela do que eu e assim, propus à direcção da Artemir que a nomeou para esse efeito. Repito não há qualquer remuneração, nem qualquer incompatibilidade, porque ela não tem nem remunerações porque não é permitido por lei, nem situações de senhas de presença.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA questionou se não poderia existir um conflito de interesses, uma vez que a Sra. Vereadora ocupa o lugar de vereador a tempo inteiro.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É obrigatório ser uma pessoa da direcção da escola Artemir, isto é ou da Câmara, ou da Associação Comercial, ou dos Socorros Mútuos, isso dizem os estatutos. A melhor coisa, é dar-lhe uma cópia dos estatutos pois se calhar não conhece a parte da constituição da escola.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

09 – Logótipos Institucionais da C.M.M.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Em relação aos logótipos institucionais da Câmara Municipal, informou que já tinha pedido informações em relação ao “Mirandela Qualidade Superior”. Informou, ainda, que esteve na apresentação dos logótipos e que ficou esclarecido sobre algumas questões que tinha pendentes. No entanto, existem outras que gostaria de voltar a reiterar, nomeadamente: continuo sem saber concretamente se houve algum estudo de marketing em relação à imagem quer do “M”, para a Câmara Municipal, quer para “Mirandela Qualidade Superior”. Gostaria também de ter uma cópia do Manual de Identidade desses logótipos e fiquei sem saber quanto é que vai custar à autarquia, numa primeira fase, a implementação e a promoção dos dois logótipos, nas suas vertentes de marketing institucional. Entretanto, em relação ao “M” logótipo institucional da Câmara, gostaria de referir o seguinte: no nosso entender, não faz referência nenhuma a Mirandela, uma referência etnográfica, isto é, não há algo evocativo da nossa história, da cultura, etnografia, etc., do concelho.

Existem, também, uns logótipos departamentais, cada departamento parece ter o seu. Considero que é necessário existir alguma simbologia ou sinalética, no entanto, reparei que o logótipo dos serviços técnicos, que tem uma montanha, umas árvores e um sol, algo do género, aliás, muito semelhante ao logótipo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, que não me parece ter relevância nenhuma, nem para as funções do departamento, nem para com o Município, nem para Mirandela. Fiz uma pesquisa na Internet, e isto é, apenas, uma crítica construtiva, considero que seria benéfico para o município e fui a várias autarquias de diferentes cores políticas, desde a CDU ao CDS-PP, nomeadamente, como Ponte de Lima.

Referiu ainda como bons exemplos de marketing institucional os logótipos dos seguintes concelhos: Arcos de Valdevez faz uma alusão à História com os cavaleiros medievais, Beja às searas e ao seu património histórico, Santa Maria da Feira ao seu património histórico, Lisboa até vai mais longe, é mais abstracto o “LX”, o “X” é uma letra forte que causa impacto. “LX é fixe”. Julgo que, até, existiu um slogan deste género, mas mantém a sua institucionalidade, utilizando os corvos e depois dizendo Lisboa. O de Montemor-o-Novo que tem o património e tem os seus jardins, portanto, com a flor, é simples, é novo, é dinâmico.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: A questão do logotipo de Lisboa, faz alusão às novas imagens e joga com as cores vivas. Digamos que é uma nova versão do marketing da imagem e tenta entrar por aí.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Mértola utiliza também uma leitura mais ligada ao património histórico. Ponte Lima faz referência à sua ponte, património histórico, o Porto à Torre dos Clérigos embora com um “lettering” mais dinâmico, as cores do município também são aqui incluídas, Sintra faz referência ao seu património histórico. Por último, Oeiras. Oeiras porquê? Porque efectuaram um estudo em que a assinatura verbal é “Oeiras Marca o Ritmo”. Portanto, acho que isso é positivo, o estudo cromático situa-se no universo do sol e do mar, portanto, tem como cores o amarelo e o laranja cor do sol até algo figurativo, que depois se transforma num tipo de coração e o azul do mar. Referiu ainda que: para cada actividade departamental o mesmo logótipo é utilizado e é referenciado com cores diferentes, isto é, “Oeiras Respira”: Reúne as áreas de acção responsáveis pelos jardins, os parques e a política ambiental, “Oeiras Conversa”: Faz referência a todos os contactos entre o Município e a Câmara, “Oeiras Diverte”: Comunica eventos nas áreas do desporto, cultura, turismo, englobando a oferta de lazer do Concelho, “Oeiras Envolve”: Contempla as áreas de saúde, segurança e educação, tudo o que concerne ao bem estar social, “Oeiras Projecta”: É aplicado para a comunicação dos investimentos materiais a nível de habitação, infra-estruturas como a rede viária, os transportes e o saneamento, “Oeiras Inova”: É sobretudo dirigido ao público empresarial e associa Oeiras à promoção do desenvolvimento tecnológico e científico. Não estou a querer dizer que esta Câmara deveria copiar ou imitar Oeiras mas considero que existe aqui uma oportunidade para que os símbolos ou a sinalética dos departamentos relacionem-se com a do município, existir aqui uma ligação e não se tomarem apenas “capelinhas” individualizadas ou coisa do género.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Já, agora, também, relativamente a este assunto, a imagem da instituição deve ter por base uma preparação prévia, e essa preparação deve estar associada às teorias dos académicos que o Senhor Presidente pode consultar, nas quais há acções de marketing estratégico e de marketing operacional para que os logotipos não caiam de improviso e estejam enquadrados no tal desenvolvimento que a autarquia quer prosseguir!...

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Duas questões simples e respeitando tudo isso, aliás nem sequer sou especialista nessa área de marketing mas duas questões diferentes. Acho que Oeiras deve ser e é, nesse caso, exemplo para muita coisa mas há muita coisa em Oeiras que eu não quero ser exemplo em termos gerais. Vocês estão a falar de Câmaras que investem mais de meio milhão de euros anuais em publicidade e em marketing nesse domínio e depois há aqui uma questão completamente diferente. O propósito da

Câmara de Mirandela, e eu quero que fique claro, não foi nem o fazia se fosse só por isso de mudar o logótipo da Câmara Municipal. foi adaptar um segundo logótipo da Câmara Municipal que não tem nada a ver, porque o mantém em termos de história. Do resto nós usamos sempre o logótipo, ainda, com o brasão da cidade, com os típicos da cidade precisamente, por uma questão simples. Interessava-nos fazer uma coisa muito simples que articulasse a Câmara com a sociedade civil em termos de produtos e dos produtos que não tem uma marca e o objectivo não foi mais do que este, nesta fase. E por isso, é que nós entendemos que quanto mais simples fosse o logótipo municipal, mais se poderia aplicar para o objectivo que tínhamos, que era criar dinâmica económica e comercial em áreas onde não havia nenhuma marca “chapéu”. Portanto, não tivemos nenhuns objectivos sequer, nem pedimos à empresa sequer que jogasse com os símbolos institucionais. Isso pode ser uma coisa a fazer, no futuro, que tem muitos mais custos do que os seiscentos contos. Isso tem que ser tratado por outro tipo de empresas, se calhar.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA perguntou se a factura inclui o logótipo institucional?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas eu não estou a dizer que não, estou a dizer que os dois são tão simples, mas o objectivo era um. Por isso é que não nenhuma empresa por seiscentos contos trata um objectivo destes.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA considerou o trabalho quase grátis, salientando ainda o trabalho “Qualidade Superior” que no seu entender considerou ter sido quase oferecido.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: São juntos, seiscentos contos são juntos. Era, apenas, para cumprir a segunda parte da questão que era o nosso objectivo quando mandamos fazer isto até por solicitação da elaboração do nosso programa eleitoral com os empresários com quem reunimos e que sentiram eles, naquela altura, que era uma das apostas a fazer, porque sentiam-se desprotegidos nessa matéria. Isto para dizer que não houve esse objectivo, não quer dizer que discorde.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Se me permite, em termos de imputação qual foi o valor do “Marca Chapéu” e o valor do logotipo institucional.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Foi feito em conjunto, totalizando seiscentos contos os dois.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu se calhar encontrava-lhe consultores, nesta área, que fizessem o logotipo institucional, provavelmente por preços simbólicos de 100€!...

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas eu, Dr. Hernâni faço outra coisa, se é isso que é tão simples, isto é assim, eu estou disposto disponível para evoluir e separar um logótipo comercial desta área para um logótipo institucional. Arranje-me essas coisas e que estudem essa situação e que façam um institucional e eu, na mesma hora, estarei interessado em adquirir esses serviços até porque é mais um enriquecimento para a Câmara nesse domínio. Em relação, só para responder agora às questões concretas, quanto custam que era o que estava, aqui, em causa em termos gerais, é assim, a divulgação do logótipo “Qualidade Superior” e é desse que se vai fazer a divulgação não é do outro. Portanto, o primeiro era interno para chegar ao outro, toda a divulgação exterior é do outro “Mirandela Qualidade Superior”. A segunda parte do logótipo que já está nos painéis publicitários de Mirandela e que há-de ter mais uma dose já com os produtos seleccionados porque nós, agora, na segunda fase, os produtos que levarem essa marca tem que ser associados a essa marca. Portanto, é este o objectivo até final do ano, nunca pode ultrapassar os 25.000€. Está aqui não sei qual é o custo, mas não pode ultrapassar os 25.000€. E não pode ultrapassar por uma questão simples, porque eu só tenho poder em termos de adjudicação de serviços, sem concurso público, apenas com concurso limitado até 25.000€. Portanto, nunca ultrapassarei os 25.000€, na promoção destas duas situações, até final do ano, sabendo que uma é a divulgação da marca e outra é associar os produtos que ficam com a marca e portanto os limites são estes.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Gostaria de fazer só um esclarecimento que o logótipo que é utilizado nas viaturas não é o logotipo dos Serviços Técnicos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Pensei que eram viaturas pertencentes aos serviços técnicos.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Não, são as carrinhas do sector do ambiente e da salubridade, como diz na própria carrinha, são as carrinhas da limpeza urbana.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Mas faz parte do seu pelouro.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Posso terminar Arquitecto? É o da limpeza urbana e dos serviços a etars, foi implementado já há algum tempo internamente o princípio de que cada departamento dos serviços técnicos tem o seu logótipo até para uma questão, não sei se já viram em alguma informação que às vezes possam vir aqui, quando o DFI envia para mim um mail tem um logótipo próprio a DHVC tem um logótipo próprio. Neste momento estamos em fase de implementação, mas cada divisão ou sector terá uma identificação, digamos interna e não externa, para fazer, digamos, essa e faltará, digamos assim, a minha como vereador. O logótipo do ambiente é um logótipo que tem referência à região para quem o queira ver porque se repararem com algum cuidado é o desenho da Serra dos Passos observada de Mirandela, e tem o registo daquilo que nós consideramos importante, no ambiente: o sol, a água e a parte dos jardins. Por isso, foi um logótipo realizado por um funcionário interno que no-lo propôs e que obteve aceitação interna e é apenas para suavizar a imagem de uns serviços que são os mais desagradáveis desta Câmara.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que a intenção era positiva mas que considerava necessário alguma coordenação de logótipos.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Agora, em termos internos, está a ser criado uma imagem para cada um dos departamentos principalmente para a circulação interna de documentos que, neste caso, o DFI, praticamente todo o departamento, já faz a circulação interna via e-mail e cada vez que o Eng.º Guedes Marques despacha para mim tem logótipo, o Eng.º Paulo tem logótipo, e outros não-de ser criados. Esses logótipos têm sido realizados, nesta fase, uma vez que estamos a falar de informação interna com a colaboração de um funcionário que tem formação na área de design. Sei que tem formação de design pois tirou o curso na escola de design que existe nas Caldas da Rainha.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA sugeriu que em vez de todas as divisões utilizarem logótipos próprios, talvez fosse preferível minimizar e restringi-los aos departamentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

10 – Museu da Oliveira e do Azeite.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação ao Museu da Oliveira e do Azeite, qual é a entidade que está a fiscalizar a obra: é a própria Câmara Municipal? E em relação à coordenação do Plano de Segurança da obra?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Em relação ao Plano de Segurança da obra, neste momento foi nomeado um técnico da Câmara, por proposta do DFI. Esse técnico da Câmara tem formação em pós-graduação em Higiene e Segurança no Trabalho, foi nomeado coordenador de segurança de todas as obras da Câmara. Neste momento está formalmente nomeado, será sempre responsável pelo acompanhamento e segurança por todas as obras da Câmara, claro sempre em coordenação com o departamento.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Já agora pergunto quem é?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: É o Eng.º José Necho.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

11 – Festival de jardins no Parque Dr. José Gama.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Em relação às obras do festival de jardins que está a ter lugar no parque José Gama, já interpelei este assunto, na última reunião, mas não obtive as respectivas respostas. Voltando atrás, em relação aos logótipos vou poder ter cópia do tal manual de identidade? Voltando ao festival de jardins: quanto é que vai custar, ou quanto está a custar à autarquia a execução dessas obras, primeira pergunta. A segunda é como foi efectuada a contratação da equipa projectista e qual o valor dos honorários dessa mesma equipa.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu mandei-lhe entregar o contrato pensei que lho tinham entregue, não percebo como não lhe chegou o contrato estabelecido, mas eu mandei-lhe entregar. Existe na contabilidade, o total, é muito barato é de 5.000€ por cada jardim para os arquitectos da concepção.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: 3.000€.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: 3.000€ de concepção

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Isto é honorários por cada arquitecto

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É da concepção só, por cada arquitecto

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Quantos são 5?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: São 5, dá 15.000€. Isso é só concepção, como é evidente. Depois tem todo o material a usar, todas as plantas a usar, todo o trabalho a fazer de enquadramento, é trabalho da Câmara Municipal a fazer por administração directa o que é perfeitamente normal. Vou-lhe dizer mais. Tenho previsto gastar entre 50.000€ a 60.000€ no arranjo urbanístico total naquele parque e não me importava de chegar aos 100.000€. Até achei um custo perfeitamente normal tendo em conta a dimensão.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: 50.000€ ou 60.000€.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu disse entre 50.000€ a 60.000€ é o que eu acho que deve ficar, contabilizando todos os trabalhos, os 5 jardins. Estamos a falar de 50.000€ a 60.000€, em termos gerais e portanto é perfeitamente normal o critério de adjudicação. Atenção, estamos a falar da adjudicação da concepção. O resto é a Câmara que faz, e faz-se com o Conservatório de Paris de jardinagem e de paisagem e é só feito com os 15.000€ da concepção dos 5 arquitectos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Mais duas perguntas Senhor Presidente. Estando em execução a obra de requalificação da margem direita da ribeira de Carvalhais, porque não foi esse projecto aproveitado para este propósito cultural e ambiental - até inseria-se perfeitamente.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Já lhe expliquei isso na última reunião. Não confunda as duas coisas, nós vamos continuar e espero que sim se Mirandela gostar, acho que vai gostar, de fazer esse jardim, anualmente, e o próximo jardim anual, é nesse ou noutros sítios. Não vai ser só nesse, vai ser em vários sítios que vão ter intervenção campo. Agora este ano, propositadamente, foi naquele. Já lhe expliquei que é minha decisão e da Câmara Municipal, da maioria da Câmara Municipal neste caso, da que está no poder, que o Parque Dr. José Gama precisava de uma intervenção para maior atractividade e eu aproveitei isso para fazer essa intervenção, assumi-o.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Mas a esse propósito o que condeno é a destruição do campo de Volei.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas ninguém vai destruir nada.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Foi destruído.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Está bem, deixe-me dizer que nós entendemos juntamente com os arquitectos que o sítio para fazer esta intervenção era ali, e era ali porque nós precisamos da outra parte do jardim todo por causa das cerimónias e das festas que já se habituaram a fazer em termos de utilização da cidade. O parque de volei vai ser substituído e feito noutra sítio e para as pessoas o que lhes interessa é terem um campo de volei para jogar lá.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Não é.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Estou-lhe a falar da nossa opinião, porque depois se formos ver o campo de volei só é utilizado à sexta e sábado. Estou-lhe a dizer o que sei, em termos gerais, à sexta e sábado praticamente pelo mesmo grupo de pessoas.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Senhor Presidente se me permite a esse propósito, porque eu costumo passear pela cidade de Mirandela e concretamente nessa zona, e portanto nota-se que quem decidiu desconhece em absoluto a realidade de Mirandela. Eu todos os dias ia àquela zona e era um prazer ver a juventude a jogar e de uma maneira geral passar o tempo de uma forma saudável, que dava gosto ver. Alias eu aqui faço eco desse sentimento que se espalhou pela cidade sobretudo nas pessoas que utilizavam e não era sempre o mesmo grupo, eram dezenas de jovens diariamente e que utilizavam de forma saudável aquele espaço. E se me permitem a esse propósito eu até gostaria, enfim, de ler meia dúzia de palavras que eu escrevi: Não comento neste momento o que está a ser construído, falo-ei mais tarde, no entanto tenho a firme certeza que poderia ser em qualquer outro sítio, o campo de voleibol nasceu no sítio certo e ali deveria permanecer, a zona verde deve ser um espaço de lazer e usufruição de todos os mirandelenses e sobretudo das camadas mais jovens e aquele campo concretizado de forma eficaz este objectivo, com efeito à volta dele concentravam-se diariamente dezenas de jovens em são convívio e quem diz o contrário é porque não conhece a realidade nem costuma passear pela cidade, era de fácil acesso por um lado, quando o Senhor Presidente me vem dizer que será construído num outro sítio provavelmente não é um sítio de tão fácil acesso, por outro lado permitia congregar gostos tão diferentes como jogar, conversar, ouvir música, ou tomar banho no rio. Era um ponto de equilíbrio da juventude e até do próprio parque, alias aquelas paliçadas que estão a construir cortam o parque absolutamente a meio criam uma barreira visual e não só. Alias eu gostaria que estivessem um bocadinho ali junto a essa zona e que entrevistassem as pessoas que passavam e perguntassem a opinião, é que ainda por cima aquelas imensas paliçadas que vão ficar ainda mais fortes e mais densas, vão tapar em absoluto as vistas sobre o rio, portanto aquele espaço era um oásis, nas tórridas tardes de verão. Ali chegou a ser disputado em Julho de 2003 o campeonato nacional de voleibol de praia e só não se repetiu este evento porque não foram dadas as condições necessárias, portanto o que eu peço a este executivo é que aposte na juventude e no desporto, mantenham-se as infraestruturas, melhorem-se e construam-se outras, é só isso que eu peço.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Só quero que fique aí uma declaração. Este grupo de arquitectos e este Conservatório de arquitectura paisagística, além desses jardins, está com a organização, para propor, de todo o parque, do actual parque Dr. José Gama e dos conceitos que eles têm. O contrato pode ser fornecido, tem uma opinião completamente diferente da que foi aqui expressada por muito legítimo

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Naturalmente

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: No seguimento disso, quero fazer mais uma pergunta. Acho que poderiam ter sido aproveitados os espaços de cedência em loteamentos de maiores dimensões, aqui na cidade para a colocação deste evento, portanto, mais inserido e contido nesses espaços, e dou como exemplo, este que está aqui (mostrando a planta de localização do Festival de Jardins de Ponte de Lima), foi supervisionado pelo Arquitecto Paisagista Caldeira Cabral em Ponte de Lima, julgo que já vão na segunda edição, se não são jardins efémeros, portanto são para ficar, teria sido melhor encontrar um espaço específico do que desvirtuar um espaço amplo, Mirandela foi pioneira naquele espaço de lazer, numa zona ribeirinha ao Rio Tua.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se soubesse quantas críticas já tive daquele espaço amplo ser só assim.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: O problema é que, na altura, foi estruturado sem as devidas infra-estruturas, havia falta de instalação sanitárias.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Nós vamos ver a reacção dos mirandelenses a partir dessa altura.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Considero que foi pena fecharem o parque com aquelas vedações: serão pouco iluminadas à noite, podendo eventualmente até serem utilizadas para consumo de drogas e outras coisas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Vão ser totalmente iluminadas. Dentro daquelas vedações é que vão surgir os jardins para ver. A partir dessa altura depois de estarem concluídas, e daqui a 4 anos vamos ter 4 zonas em princípio se isto continuar.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Depois falamos. Esta ideia é interessante (apresentando a planta de localização dos Jardins de Ponte de Lima).

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Essa acaba, é completamente diferente, a de Ponte de Lima acaba, no final de Outubro, e depois para o ano volta-se a fazer, é diferente.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA Referiu que esta ideia era interessante para servir de pólo atractivo nos vários loteamentos da cidade, incentivando a população a investir na compra dos respectivos lotes.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se fizermos isto em vários anos vamos ter 10 sítios.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: É a minha opinião.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

12 – Conferencia de Imprensa sobre a Manutenção das Maternidades.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Em relação ao problema da maternidade e da conferência de imprensa que foi feita no dia 7 de Abril, tenho aqui umas observações que pretendo apresentar, para clarificar algumas posições:

No que se refere ao assunto do encerramento das maternidades do distrito, e no seguimento da conferência de imprensa apresentada no dia 7 de Abril pelo Dr. Silvano voltamos a reiterar a nossa posição para que o Sr. Presidente continue a insistir no diálogo com a tutela para a manutenção das duas maternidades neste distrito.

O Sr. Presidente ao assumir a hipótese da privatização da Maternidade está a assumir que já perdeu as negociações com o Governo; está a assumir que será fechada a de Mirandela e não a de Bragança: ganha o Eng. Jorge Nunes (também do PSD) e perde o Dr. Silvano.

E eu pergunto: Onde está a capacidade de reivindicação que na campanha eleitoral disse vir a assumir? Onde está a capacidade de persuasão e de negociação com o governo? Andou a dizer aos Mirandelenses que tinha aprendido nos primeiros 6 anos e que agora já sabia reivindicar e trazer novos serviços para Mirandela. Afinal a capacidade reivindicativa e de persuasão do Sr. Presidente não passa de fumo já dissipado, uma vez que aquilo que conseguiu do anterior Governo não foi obra sua, mas sim do seu companheiro político Dr. Adão Silva (então membro do Governo).

Temos, assim, que os Mirandelenses não podem esperar mais nada deste Presidente de Câmara, já que o seu "padrinho político" (Dr. Adão Silva) está remetido ao papel de oposição ao governo.

Sempre dissemos que para se ser Presidente de Câmara, independentemente das cores partidárias, era preciso ter capacidades e saber sê-lo. O Dr. Silvano demonstra no caso das Maternidades aquilo mesmo que é - muito fraco perante os seus pares, como o de Bragança (que consegue manter a Maternidade, mesmo não sendo da cor do Governo).

A solução que apresentou sugerindo que a manutenção da Maternidade em Mirandela é possível, confirma, desde logo, que o Dr. Silvano já nada irá receber deste Governo, que já perdeu a Maternidade para Bragança.

Mas, antes de iludir os Mirandelenses, do tipo "*fiquem sossegados que já arranjei a solução*" exigimos que esclareça, "sem falsidades" ou com "meias-verdades" o seguinte:

1. Quantas vezes o Sr. Presidente se deslocou a Lisboa para falar com o Sr. Ministro da Saúde?
2. Confirma ou não que já perdeu a Maternidade em favor de Bragança?
3. Na solução que agora propõe, a maternidade vai ter médicos e técnicos adequados (é que a actual só tem 2 Obstetras), e vai funcionar com toda a qualidade e segurança como as do Estado?
4. Quanto vai realmente custar aos Mirandelenses? - É que o exemplo de Matosinhos não é comparável, pois tem um número superior de população e mais partos/ano.
5. O seu financiamento sai da Câmara (das contribuições dos municípios), ou são as cerca de 500 parturientes/ano que a vão financiar?
6. Porque é que os Mirandelenses vão ter de pagar um serviço público e os Bragançanos não?

A vereação do CDS-PP defenderá sempre uma política que corrija as assimetrias do Interior Transmontano e não o seu agravamento. Aguardava respostas em relação a estas perguntas

----- O Senhor PRESIDENTE disse: As respostas são simples. Olhe eu nunca vi um documento de morte política de um partido político como esse, e quero que, na acta da Câmara, isso seja divulgado para todos os mirandelenses, que até acho que nem foi o Senhor Vereador que foi capaz de o fazer, acho que não é tão demagogo, não é no sentido negativo, é positivo, acho que não é tão demagogo, porque não percebo a vossa assunção de responsabilidades em relação a determinadas questões com argumentos desses. Primeiro é que fico impressionado que valha mais o política partidária para vós do que as coisas de Mirandela, disso digo-vos, e se é essa, eu digo estou na melhor altura de dizer quem são os meus vereadores do CDS/PP, na defesa dos interesses de Mirandela. Tenho mais dados do que aqueles que vocês imaginam. Eu quero ver como vocês vão explicar em termos políticos as coisas que ficarem em Mirandela e criticarem as coisas que não ficarem, com o mesmo Presidente e com as mesmas situações e isso é que eu quero ver, que as pessoas não usem a política partidária em determinados assuntos, que a usem noutros.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: O que nós estamos aqui a focar, é a questão da negociação.

Wao
Lya

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não tem a ver com a negociação. Já reuni mais vezes com o Senhor Ministro da Saúde do que vocês imaginam, três pelo menos e não vos vou dizer as conversas porque não posso.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Esta pergunta já foi feita anteriormente e o Senhor negou-se a dizê-lo.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas deixe-me dizer-lhe: isso é um documento que envergonha Mirandela.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Não envergonha, são preocupações.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Desculpe não são preocupações são documentos político partidários que envergonha, envergonha e eu vou dizer-lhe porque, porque se a maternidade...

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Senhor Presidente quando se vai para uma negociação e se assume que está perdida, à partida!...

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Na questão da maternidade se tiverem vergonha a partir de hoje não vem a mais nenhuma reunião com o Presidente da Câmara a tratar deste assunto, com esta base de desconfiança, não vêm, que fique o PS e que fique o PC vocês não são precisos com essa filosofia, porque se estão numa filosofia de boa fé e depois estão a ter argumentos político partidários nela, não devem estar, façam-na sozinhos. Porque a questão que se põe em Mirandela é mais grave do que o que imaginam, eu não sei se a maternidade vai ficar em Bragança, agora eu tenho obrigação de fazer tudo para que ela não fique, tudo para que ela não fique, e digo-lhes não é com o governo que eu quero negociar. Vocês até isso não perceberam, isso queria eu que fosse com o governo, o governo não quer a negociação com o Presidente da Câmara de Mirandela, manda-a para os mangas de alpaca da administração do hospital, isso vocês deviam ter percebido. É esta a revolta que se trata aqui eu disse mil vezes. Tomara eu que fosse o ministro, porque aí era uma luta partidária ganhava quem ganhava, até podiam dizer que o Presidente da Câmara de Mirandela não tinha força e que perdia, agora com mangas de alpaca eu não discuto porque eles não decidem nada, eles decidem o que lhes mandarem decidir, eu se tivesse um governo onde estivesse indicado por um Presidente da Distrital 4 membros do conselho de administração eles decidiam o que eu quisesse, pode ter a certeza absoluta, e só quem não anda nisto é que não sabe, que isto é assim, é este o meu receio, em termos gerais. E do resto fico espantado, perfeitamente espantado, que sejam capazes de ter um discurso desses. Eu quero ver o que vocês vão dizer da Direcção Regional de Agricultura, vão dizer que foi o governo que ganhou. Vocês só olham para as questões em termos pessoais é o vosso mal político, com essa coisa que está aí escrita é precisamente isso que está aí, só olham para o aspecto político, quem faz se é o Presidente da Câmara está mal se for outro cidadão está bem. Eu digo-lhes mais, pode ser que haja entendimentos. Até, se calhar, por causa de alguma acções, as maternidades fiquem e então eu quero ver a lata do CDS/PP.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Terminou Senhor Presidente, posso agora ter a minha intervenção? Muito bem! A questão política-partidária que vem aqui à tona, na minha perspectiva, não deve ser invocada pelo seguinte: nós já elogiámos várias decisões e várias acções que o Senhor Presidente tomou. Elogiamos ou não elogiamos? Portanto, esta questão, é despendianda.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Ela está a ser feita, tem o apoio dos médicos todos que devem ter, dos mirandelenses todos que devem ter, das forças políticas todas que devem ter e de gente que nem imagina. Eu gostava que o CDS/PP divulgasse essa posição, já que é uma posição de princípio, de convicção, de situação. Divulgue-a publicamente e deixe os mirandelenses ouvi-la, deixe as forças vivas ouvi-la, e deixe as entidades ouvi-la, e depois vamos ver.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO SOUSA disse: Eu já fiz esse comunicado. Aliás, o Senhor Presidente até já leu esse comunicado quando lhe foi disponibilizado, por parte de um elemento da comunicação social.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não é esse comunicado, é essa carta que fizeram agora.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Eventualmente iremos fazer.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu faço-vos um desafio façam-no aos mirandelenses.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Está a querer deturpar a questão.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: A questão, aqui, é a seguinte, nós quando vamos para uma mesa de negociação não devemos assumir, à priori, que a negociação está perdida!... Na minha perspectiva, um bom negociador deve ser hábil para desenvolver as coisas dessa forma consistentes. Agora se vamos para uma negociação com a situação de que já estamos de alguma forma a admitir que vamos perder aquilo, então é melhor nem participar.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu ponho-lhe um funcionário meu a negociar consigo e quero ver qual é a sua posição, um funcionário meu a discutir consigo uma questão que é a seu nível, e você vai para a negociação com alto valor.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Se calhar o Sr. Presidente terá aí cometido um erro ao negociar com o conselho de administração do hospital - ignorava-o dialogando, somente, com o Ministro.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É assim, se vocês dissessem, aqui, que o Senhor Presidente já teve uma vitória, que o Sr. Ministro não conseguiu encerrar a maternidade de Mirandela por causa de algumas acções que lá fez, como anunciou a 10, e que a

seguir teve medo e manda para o conselho de administração, por muito que isso custe dizer, o Presidente da Câmara de Mirandela hoje sou eu, amanhã outro qualquer. Com essa tal proposta alternativa, que acham que é tão ridícula, a Faculdade Abel Salazar do Porto, já me ligou e já disse: se avançarem com isso para a frente, nós estamos interessados em ser um pólo nesse protocolo, queremos cursos de enfermagem, e outras situações a decorrer fora do contexto do Porto. O Instituto Piaget já me fez o mesmo. Quer dizer, eu só acho que vocês só conseguem ver uma coisa, é que quem apresenta as coisas...

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Eu não me lembro de ter falado na proposta ser ridícula.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mais do que isso, quanto vai gastar a Câmara.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Eu quero saber estas coisas todas, de alguma forma, eu estou em favor de encontrar uma solução que faça a manutenção das duas maternidades. Eu, como Vereador, e até o CDS como estrutura concelhia, aqui e até ao nível distrital, estão empenhados na manutenção das duas maternidades. É claro que eu tenho uma preferência por Mirandela. No entanto antes de avançar para uma solução que possa comprometer a Câmara do ponto de vista financeiro ou até um assumir de compromissos que possa criar problemas, gostava de conhecer dados concretos e objectivos. São perguntas objectivas, agora, se lhes quer dar subjectividade, por favor dê-lhe a respectiva subjectividade política que entender. Fiz perguntas concretas e específicas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se ouviu a conferência de imprensa, que esta solução só se aplicaria depois do Ministério recusar em Mirandela o encerramento, ou melhor, encerrar em Mirandela a maternidade, nessa altura vai ter resposta a isso tudo, que eu espero que não se chegue a essa hipótese. Deixe-me só dizer, quero chegar até lá, com essa reivindicação para não perder essa possibilidade. Agora vou dizer-lhe uma coisa, se você acha que isso não é nenhum documento político, divulgue-o, ponha isso na luta política e vai ver que os Mirandelenses vão achar disso, estão desfasados, completamente.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Porque é que uma intervenção de um Vereador, tem de ser transformada num documento político? Mas até posso fazê-lo.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não é de um Vereador, é de um grupo do CDS-PP na Câmara Municipal, é isso que quero que saibam os Mirandelenses.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Senhor Presidente, as actas serão divulgadas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se calhar algumas mais até do que outras.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Pois, porque aquilo que lhe é pertinente, e do seu interesse é divulgado no jornal.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso é do interesse dos Mirandelenses todos. Quando eles todos entendem que, já outras situações se perderam por falta de lutas destas, e vocês me vêm dizer que é com outra luta que se ganham objectivos, oh meus amigos eu tenho que discordar inteiramente. Eu se ganhar uma vez a um Presidente da capital de Distrito digo, ganho cem vezes, eu se fosse o Presidente de uma Capital de Distrito não precisava desses documentos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Não sei, até Guarda, tem tido algumas complicações em relação à maternidade.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Porque tem duas Capitais de Distrito, Guarda fica e Castelo Branco fica, quem vai perder é a Covilhã que não é a Capital de Distrito.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Trás-os-Montes e Alto Douro tem duas Capitais de Distrito, Vila Real e Bragança.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Exactamente.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

13 – Projectos Supra-Municipais para o 4º Quadro Comunitário de Apoio.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Tendo em conta o facto de que o próximo quadro Comunitário de apoios financeiros, visa o financiamento de candidaturas Supra Municipais, principalmente pretende-se saber que diligências já foram tomadas, pelo Sr. Presidente, junto das Autarquias do Distrito ou outras e quais os projectos Supra-Municipais de que este município faz parte, no âmbito desse Quadro Comunitário. Aguardo resposta.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Acho que o Senhor Vereador nem devia pergunta nada sobre essa questão. O quadro da referência estratégica Norte 2015 está agora a ser discutida. Ontem, o Sr. Ministro esteve em reunião connosco e com o Senhor Director do GAT, em termos de explicar as linhas orientadoras gerais. Ninguém sabe como vai ter ainda, que estratégias vão ser, que parcerias vão existir, que áreas abrangem, ainda não estão definidas nenhuma. Estão definidos os três vectores nacionais. Não está definido nenhum vector regional. Anda-se a discutir, em várias reuniões, quais são os eixos eventuais a que podemos, aceder. Já tivemos reuniões, no Governo Civil, com a CCDRN, com todos os Presidentes de Câmara. Neste momento só há linhas gerais da

Região Norte, não existe nenhum programa nem nenhuma linha geral de programas operacionais descentralizados, nem se sabe o que é isso de Supra-Municipal, se é Supra-Municipal em termos de Município, se é Supra-Municipal em termos de interesses estratégico do próprio projecto levado a cabo por um só Município. Quando essas questões estiverem decididas, sou capaz de dar resposta e a resposta é, até 31 de Junho. O Sr. Ministro do Ambiente definirá a nível nacional e aprovará em Conselho de Ministros a estratégia de referência nacional que, neste momento, são três mas que estão a ser perfeitamente enquadradas. A partir de 30 de Julho até 30 de Outubro, as Regiões neste caso, porque ela vai ser gerido por um dos dois vão apresentar os seus programas operacionais, só depois é que haverá nos GATS e noutros âmbitos se tal for necessários para discutir os projectos. Até lá não sei dizer-lhe mais nada porque nós próprios não sabemos as linhas de orientação.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Só queria sugerir o seguinte: É verdade que ainda não está nada definido, mas na politica e o Sr. Presidente sabe disso perfeitamente, que a antecipação é uma mais valia.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Pelos vistos, e já ouvi aí há bocado a dizer que é uma perda de tempo.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA: Nalgumas, não, é a forma como se chega lá. Eu nem disse "perda de tempo". Está a por palavras em questões que não foram ditas. E além do mais, e voltando atrás para dizer o seguinte: este texto só tem uma autoria e essa autoria chama-se Nuno Sousa, eu.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu achava-o menos demagogo.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Cuidado com essas palavras da demagogia que eu não sou muito de aceitar Senhor Presidente. Considera elogios, mas eu não considero.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Você tem que aceitar o que lhe disserem e pode dizer o que quiser e eu, tenho que aceitar.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Atenção à personalização das suas palavras.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso é um texto completamente demagógico, digo, aqui.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Pode dizer, o texto é demagógico, não me chame é demagogo.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se está a dizer que foi o Senhor que o escreveu...

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Pode considerar que o texto é demagógico, eu não o considero, e certamente haverá outras pessoas que não o consideram.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Muito poucas.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Posso perguntar-lhe o que anda a fazer o PS, o Senhor fala do PS, do apoio dos quatro partidos o PS não faz parte daquelas reuniões.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Quem lhe disse.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Estará hoje, na reunião, às cinco e meia?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Vamos ver.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Vamos ver.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Isso em demagogia o Senhor Presidente sabe falar!...

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Pelo menos sei fazer uma coisa, e vocês ainda não aprenderam as lições dos anos todos em que se disputam eleições.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Como eu ia dizendo, antecipação pode ser uma mais valia, embora não haja nada definido, não quer dizer que não se faça um diagnóstico das necessidades Supra-Municipais com outros Concelhos, que se façam já conversações, e que comece a existir dialogo entre os municípios, para quando chegar a devida altura poderem partir com avanço em relação a outras associações municipais ou a outras candidaturas Supra-Municipais. Para ver se pelo menos desta vez ficamos com mais dinheiro aqui para a região. Era somente isso, quando me referia a estas perguntas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

14 – Requerimentos em Atraso .

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Por último, estava na expectativa de receber hoje, a resposta aos requerimentos que apresentei até com uma tabela Excel, estava na expectativa que, ao abrigo do estatuto da oposição, dariam cumprimento ao que lhe diz respeito. Que o Senhor Presidente e o seu Executivo iriam dar cumprimento a esses assuntos requeridos por esta vereação, até porque nos foi dito, em reuniões anteriores, que essa informação seria disponibilizada em finais de Março,

quando da apresentação desse relatório, e eu a pergunta que faço ao Sr. Vereador Eng. Branco uma vez que até vinham do pelouro dele, era a seguinte: se não quererá diferenciar-se do seu Presidente, pela positiva, dando cumprimento aos assuntos requeridos, porque, efectivamente, o Senhor Presidente continua a menosprezar o estatuto desta vereação do CDS-PP ou da vereação da oposição e gostaríamos de ver cumprido, cabalmente, imediatamente, os requerimentos em causa, que ainda estão pendentes.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Tem lá as obras financiadas, com quantas participadas, qual o programa, tem lá tudo.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: O Sr. Presidente leu o meu requerimento?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Tem de se adaptar às informações que a Câmara tem. Tudo que recebeu no Plano de Actividades tem as partes que o seu requerimento tem.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Eu faço referência a dois mandatos, é o actual, o que está em curso e as que vinham do mandato anterior.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Lá estão todas, vão continuando de uns mandatos para os outros, são para quatro anos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: O Relatório refere-se a 2005.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas os programas comunitários negociados, continuam num ano e acabam em outro.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Exactamente, mas não falo só dos programas comunitários Senhor Presidente, foram dois requerimentos, que tinham alguma especificidade, naquilo que vi. Ainda há outros, mas...

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu gostava só de lhe dizer, com clareza, que o Senhor Vereador não vai envolver-me nesta trama de baixa política que aqui faz, não vai, e por isso mesmo vou responder a essa insinuação do "não se quer diferenciar do"... Isso guarde-o para onde quiser quando lhe apetecer, não vai ser comigo certamente que vai ter esse tipo de resposta, nem vai ser comigo que vai ter esse tipo de diálogo. Eu respondo aquilo que considero que tenho que responder.

15 - " PRACE".

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Então para o Senhor Presidente não dizer que nós estamos aqui a fazer política-partidária, vou passar a assuntos concretos, de trabalho!... Sugiro-lhe, tendo em conta a situação do Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro que foi efectuado, há cerca de três anos, proponho a esta órgão e para que possa ser adoptado por esta autarquia, e no seguimento do que dizia o Professor Adriano Moreira, na palestra que foi proferida no referido congresso, "Estamos longe do litoral, mas podemos constituir uma grande oportunidade por que estamos próximos da Europa". Isto é, a criação de um sistema logístico de plataforma regional, uma vez que estamos relativamente próximos da fronteira, acho que poderia ser uma boa oportunidade para este concelho atrair plataformas logísticas no sentido de poderem potenciar aqui os seus investimentos. Esta vertente é defendida também pelo eixo do IP5 - Guarda e nós poderíamos centrar o eixo do IP4 aqui em Mirandela. Caso não seja ventilada essa possibilidade, possivelmente Bragança poderá antecipar-se e obter essa mais valia para o seu concelho.

Ainda no seguimento do que anteriormente eu venho apresentando, e, para que possa ter conhecimento das novas tendências em termos do desenvolvimento administrativo, gostaria de oferecer ao Sr. Presidente uma fotocópia de um artigo que foi publicada no Jornal de Notícias de 30 de Março.

Quando eu lhe apresentava algumas propostas e acções estratégicas que eu e muita gente, neste concelho, achávamos que esta autarquia deveria tomar, o Senhor Presidente dizia, em reuniões anteriores, que não me entendia. Eu sugeria que procurasse entender, porque o referido Jornal apresenta, em destaque, essas mesmas ideias. O senhor pode verificá-lo já que é apresentado o PRACE - Programa de Reestruturação do Estado, desenvolvido pela coordenadora Dr. Maria Manuela celebre académica e com a legitimação política do primeiro-ministro José Sócrates em que todas essas ideias estão bem presentes!...

Eu tenho vindo a defender e apresentar a este órgão:

- o Maior rigor financeiro na gestão da Autarquia; O PRACE, defende a ideia que o poupar, é estrutural.
- o Ideias pró-activas; O PRACE contrapõe com uma actuação pró-activa e com optimização de recursos.
- o Solicitação do Plano Estratégico da Autarquia; O PRACE contrapõe que, o Plano Estratégico deve estar presente em todas as acções a desenvolver.
- o Melhoria da eficiência e eficácia de gestão; O PRACE contrapõe com o aumento da tendência da eficácia, a qualidade, e eficiência de serviços.
- o Promover a qualidade na gestão; O PRACE vem apresentar a ideia de atrair recursos humanos para potenciar, a questão da qualidade.

Estes são Senhor Presidente os caminhos, que as novas gerações procuram seguir, pelo que fazemos votos para que rapidamente possa entender este tipo de linguagem e que este concelho possa ainda estar presente nos novos desafios para o futuro.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu só quero dizer duas notas sobre o PRACE, que são estas: fico espantado, que seja o Sr. Vereador Hernâni independente das listas do CDS/PP, a trazer este assunto PRACE para a Câmara de Mirandela, porque eu aconselhava-o, eu dou-lhe a cópia do outro número, não a tenho aqui, não vim prevenido, a ler o Público de um determinado número, e depois dou-lhe a cópia onde o Senhor Dr. António Pires de Lima, pelo menos Pires de Lima é do CDS/PP, faz críticas a cento e trinta e tal medidas deste programa PRACE em termos gerais e portanto também no sentido, até, de as melhorar de forma diferente em relação a este governo. Agora, consigo já não me espanta nada, é que estava à espera que, depois do Professor Cavaco Silva tomar posse, alguma coisa mudasse, pelos vistos, agora com as medidas do Eng. José Sócrates também contribui para isso.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Senhor Presidente sou Vereador do CDS mas como independente. Queria apenas reforçar que as medidas desenvolvidas pelo PRACE é um assunto que poderia ser discutido, porque a tendência futura vai ser essa, assente nas teorias de gestão empresarial. É isso que eu tenho vindo defender nas reuniões de Câmara.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Como vê Senhor Presidente, do comentário que fez, deu uma insinuação aqui de política-partidária em relação à intervenção do Dr. Hernâni. Primeiro o Dr. Hernâni foi eleito como ele disse, é um elemento independente nas listas do CDS/PP, nós respeitamos a posição política, ou orientação política do Dr. Hernâni, portanto a intenção do Senhor Presidente e até fez questão de colocar do CDS/PP, não revela mais do que a tentativa de particularizar uma questão tão simples e neutra, como é a discussão do PRACE.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Só quero dizer que acho piada a isso. Já agora para não falarmos em questões político-partidárias, vou-lhe apresentar um programa do PRACE que saiu. Pegue lá cópia deste jornal, pode ser útil para o nosso Concelho, em que as coisas que vêm aqui, são exactamente a apresentação das medidas de um governo.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: É uma questão de análise, é uma questão de análise...

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: É uma questão de tendência política.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se você está de acordo com as trezentas e trinta e três medidas do PRACE, o problema é seu, eu não estou, estou com algumas, não estão com outras.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Para o António Pires Lima criticar apenas cento e trinta e três.

----- O Senhor PRESIDENTE perguntou: Leu o artigo?

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA respondeu: Não, ainda não li o último, para criticar essas é porque concorda com as outras também, não é?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Aliás, bastava o Dr. Hernâni para concordar com ele, nem sei como é que o Sócrates arranjou lá, o outro assessor.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Bem espero que o Eng.º Sócrates, não venha buscar o Dr. Hernâni, senão fico desfalcado.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas ficamos nós com uma vantagem, ficamos com negociação, perante o Governo.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Também é uma mais valia. Por aí, realmente, não tinha visto o assunto, por esse prisma, Senhor Presidente.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Já agora, mesmo sem ser membro do governo, disponha das minhas influências junto do governo Senhor Presidente, e se precisar de alguma questão?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Não, com essa filosofia não, prefiro pedir a outro.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Já agora fica a saber!... tenho o prazer de ter colegas como membros do governo, e portanto pode eventualmente recorrer às minhas influências, caso necessite!...

16 – Turismo.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Ainda relativamente à situação que eu vim verificando em alguns jornais e também porque em Mirandela (penso que o Senhor também deve ter isso presente), se deve considerar o Turismo um sector estratégico. O Jornal de Notícias, de 31 Março, expõe, aqui, que Portugal e Espanha atacam o Brasil e os Estados Unidos (isto em termos de campanha de Marketing) para atrair turistas para a Península Ibérica, e dava-lhe a conhecer esse plano de marketing que está a ser desenvolvido. Perguntava se a própria autarquia, também têm alguma estratégia para poder atrair, para aqui, turistas associado talvez ao tal plano de marketing de âmbito ibérico.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Vou dar um exemplo, eu tive a oportunidade de, há cerca de ano e meio talvez, de estar em Madrid numa feira sobre o ambiente e ao lado, num pavilhão estava a decorrer uma feira sobre o Turismo, pude constatar que haviam lá pavilhões de Câmaras Municipais do Brasil, tais como João Pessoa a promoverem o seu Concelho, o que tem de melhor, que são provavelmente as praias mas não só, a sua cultura, a sua etnografia, o seu património histórico que era português, foi feito por nós portanto, e acho que, até, era interessante que esta Câmara, juntamente com outras, através da comissão regional de turismo, ou duma nova Agência da empresa Municipal de turismo, e aquela entidade regional que foi à discussão da Assembleia Municipal fizessem parte deste pacote. Temos o azeite que é exportado para o estrangeiro. Da cooperativa de Valpaços, por exemplo, posso dizer-lhe que exporta azeite para o Brasil. Existem outras que também fazem o mesmo, portanto não vejo aí nenhuma dificuldade em implementar o tal Plano Estratégico para o turismo, aqui, no concelho.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu gostava só de dizer, é bom que estejamos por vezes informados, que, por exemplo, este ano a Câmara de Mirandela esteve presente na BTL numa apresentação, esteve presente na Fitur em Madrid

W
Lma

que é a feira de turismo e estará presente ainda na feira de Madrid através do projecto Terra Olea onde são apresentados os recursos locais em conjunto com os recursos do país.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: não vão estar?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Já estivemos, não vamos estar, estivemos na BTL.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Mas não estiveram, por exemplo, há um ano e meio.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Porque essa feira não é a Fitur, a Fitur é uma feira do turismo equivalente à BTL. A Fitur é a feira principal do turismo de Espanha.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Mão me lembro do nome da Feira mas era uma feira com grande dimensão.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Não é um pavilhão, é toda feira de Madrid.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Não, também não era um pavilhão.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: A Fitur decorreu este ano, na mesma altura que decorreu a BTL, motivo pelo qual nós estivemos presentes na BTL. Mais ainda, neste sentido, será também uma feira que é realizada, anualmente, também em Paris onde estará presente o mesmo projecto e no próximo ano está também prevista, novamente, a presença de stands, institucionais. Estão neste momento a ser elaborados e a partir dessa altura os stands institucionais estão presentes nessas três feiras, obrigatoriamente, porque assim foi candidatada. Mas já estiveram presentes, este ano, como é evidente de uma forma, não tão graficamente apelativa, mas pelo menos estiveram presentes, e nomeadamente na Fitur houve uma apresentação de todas as potencialidades das três regiões que foi tida pelo coordenador do projecto.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Já agora e também relativamente a este assunto, permita-me discordar de se estar presente em feiras sem qualquer estratégia previamente definida. Concordo plenamente que a Autarquia esteja presente nestes eventos, mas isso são acções isoladas e as novas estratégias de associação para o desenvolvimento têm por base acções integradas, implementadas através de clusters. As acções e medidas que nós possamos fazer devem ter como objectivo maximizar vantagens.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: A sua definição de cluster em termos turísticos, identifique-me três em Mirandela, já agora que estamos e esse nível de discussão.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: As questões que estou a apresentar, aqui, são questões de associação e integração.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Quando manda para o ar os balões, convém que os identifique. Eu estou a pedir-lhe que me identifique três clusters locais.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Locais? Eu posso lhe explicar!...

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Três.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Relativamente ao turismo, nos eventos que participarem, estes devem ter por finalidade uma estratégia previamente definida, assente na integração e associação pelo sector.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Desculpe, acabou por dizer que as estratégias devem ser integradas com a identificação de clusters. Eu só lhe fiz uma pergunta, identifique-me três, três imediatos, porque quando forem identificados esses três, um deles que acabou de definir é o que preside a este projecto, por isso já está a partir pela base errada. Repare um deles.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: O caso do "Terra Olea".

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Não é a Terra Olea, desculpe está completamente enganado. A Terra Olea não é um cluster, nunca na vida, terá essa definição, é o turismo rural, associado a produto, e isso tem a ver, neste caso, com o azeite que é uma promoção. Este é o cluster identificado em todos os documentos por isso, quando eu digo que identifique três, esse é o que já reside, a Terra Olea é um veículo, pode haver cinquenta Terra Olea. A Câmara quando está presente numa feira, tem cinco produtores de azeite, não está preocupado se é o Terra Olea, se é o Senhor Manuel que vende três litros ou cinquenta, é identificar a região com aquilo que nós consideramos como disse muito bem que é um clusters.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Temos o património e a gastronomia do concelho!...

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Fique a saber, o que eu quis dizer foi apelar aos métodos integrados.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Esta estratégia, não é uma estratégia sem identificação e mais podem verificar, hoje em dia, em todas as actividades que a Câmara faz, porque quando se faz o Museu do Azeite não é para estar diferenciado do Terra Olea e da produção do azeite. Quando se fazem outras actividades de divulgação, repare o Terra Olea vai neste momento a um restaurante na zona a fazer uma apresentação semelhante à que se fez cá, o que é que nós estamos a identificar? Estamos a identificar o produto, estamos a identificar em termos turísticos ou em termos de produtos. Por isso, quando nós dizemos que é preciso identificar e ver a estratégia também temos que olhar para aquilo que está a ser feito e identificar essa estratégia. Repare uma coisa. Nós não vendemos, aqui em termos de Mirandela, não vendemos um turismo de praia, correcto? Por isso nós temos que nos apontar para o nosso sector. Imagina o que era o meu pavilhão de Mirandela aparecer na zona onde está o pavilhão de Albufeira, em Lisboa. Acho que não seria enquadrada. Por isso, nesse sentido, a Câmara tem um procedimento bastante razoável. Temos, neste momento, presenças em feiras em Paris, em Nanterre. Foi um grande sucesso a presença de Mirandela, que foi saudada por toda a gente.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Desculpe lá, mas acho que, até, tem enquadramento, como alternativa ao turismo de praia.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Mais uma vez, como disse o Senhor Vereador, há identificação desse produto e se nós vamos pôr ao lado do turismo de praia. Acredite que, por algum motivo, as feiras são organizadas da maneira como são. Agora há coisas muito erradas e este ano por exemplo a BTL não correu como nós gostaríamos. É evidente há pormenores de organização, que se chama organização de turismo regional que não funcionam. Infelizmente não funcionam, motivo pelo qual foi criada uma associação que se pretende que tenha outra actividade e na qual participamos também. Agora o que eu acho que é importante quando nós dissemos - é preciso identificar clusters, isso é preciso olhar, também, para as coisas como estão a ser feitas e avalia-las nesta mesma perspectiva. Porque qualquer um de nós pode identificar, lembro que se detectou que o cluster da nossa região onde hoje estamos era a pastorícia e foi como aquele que era, na altura, todas estas teorias económicas. Gostava de saber onde estão hoje os clusters identificados.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: O Sr. Vereador talvez não me tivesse entendido bem. O que eu quis dizer foi o seguinte, só para terminar em relação aos clusters: devem existir políticas e métodos integrados nestes sectores.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Não, não é o azeite, estamos a falar de turismo.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Exacto, temos os produtos gastronómicos.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Mas isso tudo está associado ao mesmo sector, a gastronomia.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Há a questão do património histórico que temos. Vale de Telhas por exemplo.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Nos pertencemos às "Vias Augustas".

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Embora não passe aqui nenhuma.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Passa sim, em Vale Telhas, por isso é que pertencemos. Nós pertencemos ao projecto. Há 2 meses foi editada uma revista, que é distribuída na Ibéria, que, em qualquer avião é distribuída, e foi feita uma reportagem sobre as "Vias Augustas" em que Mirandela aparece como um dos concelhos aderentes e os recursos de Mirandela são enlencados. Disse muito bem há vários clusters, por isso é que eu dizia: identifique-me três, que são facilmente identificados, e um deles, é o caso do azeite outro é o Património.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: A terceira mais valia que temos é o rio.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Relativamente à situação que eu estava a expor, mais uma vez digo, se calhar não me fiz entender, o objectivo que eu estava aqui a expor era mais no sentido desses eventos estarem integrados com estratégias de integração vertical e horizontal.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Mas uma estratégia de integração vertical e horizontal que acabamos de definir, aqui, eu acabei de a dar. Se eu promovo um produto turisticamente e isso me leva à garantia da venda do produto como uma mais valia da venda do produto esta é uma estratégia quê? Transversal? Não. É horizontal e vertical. O exemplo claro é o do azeite. Nós temos uma estratégia alinhada para o azeite, acho que é identificada por toda a gente, essa estratégia tem, apenas, a ver com a promoção do cluster turístico que o azeite representa? Não, não tem. Tem haver com a valorização de um produto que economicamente é essencial para a nossa região, nas 3 vertentes: na de produção, na de comercialização e na de potencialização do turismo que lhe possa dar.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu quando exponho isto, é com algum grau de desconhecimento. Eu não sei o que está a ser feito por esta autarquia, mas estas reuniões poderiam servir também para informar o que tem vindo a ser feito!...

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Não são discussões para uma reunião de Câmara, porque numa reunião de Câmara pressupõe-se que nós vimos discutir os assuntos para os quais os munícipes nos elegeram. Eu disponibilizo-me para o que for necessário, para ter reuniões e dar-lhes todas as explicações, assim como os outros vereadores.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Muitas destas situações que vêm “Antes da Ordem do Dia” são pertinentes pelo seguinte: porque existe uma tendência de ocultar alguma informação.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se querem ser legalistas a partir o “Antes da Ordem do Dia” diz que é só para tratar de assuntos relativos ao município que aconteçam naqueles 15 dias e não nacionais nem de outra maneira durante uma hora rigorosamente mais nada. Se as pessoas estão a ser tolerantes é para serem tolerantes em tudo, agora vocês não aproveitem o “Antes da Ordem do Dia” como não há outros palcos para fazer política fazê-la aqui, isso não

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: ninguém está a fazer isso.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É só consultar as actas das reuniões e ver.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu determino que vocês participem até nas discussões nas reuniões há reuniões da Terra Olea dos aderentes tem toda a liberdade para o fazer, eu estou a falar nas reuniões de aderentes e é aí que se trabalha.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que os Vereadores do CDS/PP estão sempre disponíveis para participarem nessas reuniões de trabalho se as mesmas fossem divulgadas, não podendo tentar adivinhar quando elas são efectuadas.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: São reuniões de trabalho é evidente que não são publicitadas, não pomos na rádio nem fazemos convites, o que eu acho é que não devemos vir para aqui discutir o Prace.

17 – Desertificação do Mundo Rural

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Eu sei que é uma pessoa muito ocupada, isso aliás é constatado por muitos dos nossos Presidentes de Junta quando pretendem fazer uma reunião com o senhor. Quando numa das reuniões anteriores o questionei sobre a possibilidade de desertificação do Mundo Rural, respondeu que ia fazer uma resposta por escrito. Eu continuo aguardar essa resposta há dois meses e meio.

----- O Senhor PRESIDENTE perguntou: Qual era a pergunta?

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Quero ainda perguntar ao Senhor Presidente qual a estratégia que pretende seguir para ultrapassar o gravíssimo problema estruturante que está a acontecer no nosso concelho da concentração populacional na sede de concelho em detrimento do Mundo Rural quando nós assistimos em outros países Europeus ao fenómeno de reurbanização.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: daqui por 90 dias leva a resposta.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Têm sido colocadas algumas questões por parte de algumas pessoas do concelho relativamente a problemas de habitação social no concelho e eu perguntava-lhe qual a estratégia que tem em mente para políticas de habitação social?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Construção de 96 casas 48 em Mirandela 48 espalhadas pelo concelho em que já estamos na fase final dos levantamentos e dos projectos para virem à Câmara e serem aprovados.

ORDEM DO DIA

01 – Órgãos da Autarquia – Informação do Senhor Presidente.

01/01 – Próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal:

----- O Senhor Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, autorizada a intervir, deu conhecimento da comunicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é do seguinte teor:

“Como Presidente da Assembleia Municipal, solicito a V.ª Ex.ª a amabilidade de, em meu nome, dar conhecimento da convocatória da próxima sessão da Assembleia Municipal, que se anexa, a todos os Senhores Vereadores, em reunião do Executivo. Os melhores cumprimentos.”

----- A Convocatória da reunião ordinária é do seguinte teor:

“Nos termos da alínea a) do art. 54º do Decreto Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, convoco V.ª Ex.ª, como membro efectivo para tomar parte na sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 28 de Abril (Sexta-feira) pelas 09 horas e 30 minutos:

- 1 - 1.º Período de Intervenção Aberta ao Público;
- 2 - Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art. 53º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro;
- 3 - Relatório e Conta de Gerência de 2005 - CMM;
- 4 - Relatório e Conta de Gerência de 2005 - SMA;

- 5 - Inventário do Município 2005;
 6 - Projecto de Regulamento de Utilização dos Ecocentros de Mirandela e Torre de D. Chama;
 7 - Integração da Freguesia de Carvalhais no Perímetro Urbano da Cidade de Mirandela;
 8 - Outros Assuntos de Interesse para o Município;
 9 - 2.º Período de Intervenção Aberta ao Público.
 Com os melhores cumprimentos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 - Informação Financeira.

Em cumprimento de Deliberação do Executivo de 18 de Janeiro de 2006 sob Proposta do Senhor Vereador Arq.º Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, considerando que o intuito manifestado é o conhecimento actual da Dívida da Câmara Municipal, cumpre-nos informar do seguinte:

1.º Saldo transitado em tesouraria de 2005 e utilizado em pagamentos 2006.....	241.842,13€
2.º Valor acumulado de receita cobrada desde 1 de Janeiro a 31 de Março.....	5.326.745,87€
3.º Total de despesa paga desde 1 de Janeiro a 31 de Março.....	5.451.958,69€
4.º Saldo da Tesouraria em 31 de Março.....	116.629,31€
5.º Valor em dívida a Instituições Bancárias a 31 de Março.....	6.597.933,11€
6.º Valor acumulado da dívida a empreiteiros e fornecedores em 31 de Março.....	3.184.025,75€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02 - Relatório de Gestão e Conta de Gerência de 2005 - CMM.

----- Foram presentes os documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2005 que se dão por reproduzidos:

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA fez a seguinte declaração de voto do CDS/PP:

“O relatório de Prestação de Contas, submetido à apreciação do Executivo, traduz os resultados da actividade municipal no ano de 2005 e reflecte também a forma como foram aplicados os meios financeiros colocados à disposição do Município, durante esse período.

Assim, a análise deste documento tem que ser articulada com o Orçamento de 2005, onde encontramos os objectivos propostos e os que foram efectivamente realizados.

Desde logo podemos constatar, através do Mapa de Controlo da Despesa, que o Orçamento previa um investimento de **22.788.420,00€** e que na realidade apenas foi conseguida o modesto valor de **7.573.337,75€** o que corresponde a um grau de execução de **apenas 33,23%**. **É sintomático que se prometeu muito e se realizou pouco.**

Mas, por outro lado, podemos constatar que as despesas correntes (pagas) atingiram o valor de **10.471.911,23€** que correspondem a uma elevada taxa de **81,46%**. No entanto, este valor ficará muito próximo dos 100% se considerarmos que transitou uma dívida a empreiteiros e fornecedores de 3.865.225,48€, a maior parte da qual de despesas correntes.

Ao contrário do que se pretende para o investimento, que se desejaria elevado, as despesas de funcionamento (correntes) alcançaram percentagens inaceitáveis em qualquer gestão responsável, que traduzem bem o desregramento e a delapidação dos recursos financeiros da Autarquia. O elevadíssimo montante da dívida a curto prazo é simplesmente escandaloso e prejudica a imagem séria e credível que a Autarquia deve ter junto de empreiteiros e fornecedores, retirando-lhe a autoridade que deve assumir nas suas relações contratuais com esses credores.

Sem necessidade de uma apreciação mais pormenorizada, justifica-se, no entanto, uma reflexão séria sobre alguns números e indicadores mais expressivos que constam da Conta de Gerência:

Receitas de Capital				
Código	Designação da Receita	Previsão (€)	Realizado (€)	Percentagem (%)
09	Venda de bens e serviços	2 397 560,00	23 273,99	1%
10030199	Outros (Contrato-Programa)	4 264 950,00	150 295,92	3,5%
100307	Comparticipação Comunitária	10 645 479,00	1 518 159,37	14,3%

A análise destes elementos, só por si, retira qualquer credibilidade à gestão do Dr. Silvano:

- Pretendeu arrecadar receita “vendendo” aquilo que a Câmara não tem;
- Não soube negociar com o Governo ou melhor, **não teve força política** para conseguir contratos-programa para os investimentos;
- Não teve imaginação nem iniciativa para candidatar e fazer aprovar projectos a financiar pelos fundos comunitários.

Estes são os factos e esta é a verdade que os Mirandelenses devem conhecer!!

Todavia, a forma como é apresentado este documento também merece alguns comentários:

1. A repetição de vários mapas com a mesma informação, torna-o confuso, mas talvez exista alguma razão subjectiva que o justifique, certamente para camuflar dados que deveriam ser apresentados ao conhecimento público, de forma explícita tais como:

pal
ly a

- As elevadas despesas com o Pessoal, o critério das admissões e a justificação para o exagerado crescimento dos efectivos da Autarquia;
 - As substanciais despesas com refeições, convívios, publicidade e outras actividades de promoção pessoal do Executivo em permanência;
 - A atribuição arbitrária de subsídios a instituições, cujos dirigentes se perfilaram em cartazes de campanha eleitoral do Dr. Silvano.
2. Consideramos excessiva e supérflua a referência a elementos de gestão corrente administrativa, em detrimento de uma descrição mais objectiva da actividade desenvolvida pelos Departamentos de Fomento e Infra-estruturas e do Departamento de Urbanismo e Ambiente, que se resumem a algumas palavras de circunstância e a elementos sem a devida explanação, relativamente as áreas mais sensíveis da Autarquia, que constituem a sua razão de ser e o melhor que os municípios dela esperam.

No entanto, algumas conclusões se podem lamentavelmente tirar:

- O investimento foi muito reduzido, relativamente às previsões e promessas eleitorais;
- As participações de fundos comunitários foram as mais baixas dos últimos anos, o que revela bem a falta de imaginação e iniciativa do Executivo em permanência;
- As despesas de funcionamento, as admissões indiscriminadas de pessoal, etc, continuam a aumentar e a absorver a maior fatia do Orçamento;
- A cidade continua a perder a qualidade que fez dela uma referencia nacional, os Espaços Verdes estão desmazelados e as ruas menos limpas, sobretudo nos bairros periféricos e nas entradas da cidade, existindo mesmo situações de saneamento a céu aberto.

É mais um ano que passa, sob a gerência do Dr. Silvano, e também é mais um ano de adiamento das suas promessas do mandato anterior, das quais destacamos **as mais divulgadas**:

1. O Complexo Desportivo;
2. Requalificação urbanística do Santuário de N.ª Sr.ª do Amparo;
3. Requalificação Urbanística e Paisagística da Entrada e acesso ao Cemitério de Golfeiras;
4. Construção das 100 Habitações Sociais;
5. Ampliação do Parque de Campismo Municipal;
6. Reparação e remodelação do Palácio dos Távoras;
7. Construção do Pavilhão Desportivo;
8. Edificação da Pista de Atletismo Simplificada;
9. Polidesportivos na Cidade de Mirandela;
10. Edificação da Casa da Musica de Mirandela;
11. Desenvolvimento do novo sistema de informação e promoção turística;
12. Levantamento da Carta Arqueológica do Concelho;
13. Levantamento do Instituto de Altos Estudos Concelhios;
14. Acesso Oeste ao IP4;
15. Pólo tecnológico;
16. Construção do Museu da Oliveira e do Azeite – anunciado em conferência de imprensa que entraria em funcionamento ainda em 2005;
17. Festival Internacional de Jardins – anunciado para o Verão de 2005;

Contrariando a lógica, terminamos a análise deste relatório com uma referência à curta “introdução” do mesmo: é inaceitável que se pretenda justificar o fracasso desta gestão com a crise nacional, quando no mesmo relatório se constata que as receitas correntes continuam a registar níveis elevados, não por mérito do Executivo, mas fruto da política fiscal do Governo e da afectação de receitas às autarquias. O decréscimo que se verifica nas Receitas de Capital, não é culpa do Governo mas, como já foi referido, é o resultado da falta de imaginação e iniciativa do Executivo em permanência, que não soube apresentar projectos participáveis. Importa relembrar que a previsão de Fundos Comunitários e Contratos-Programa era de 10.645.479,00€ e 4.264.950,00€ e só foram recebidos 1.518.159,37€ e 150.295,92€, o que representa apenas 14,3% e 3,5% respectivamente.

A verdadeira “crise” que afectou esta gestão, é que se gastou muito onde se deveria poupar (despesas correntes) e se gastou pouco onde se deveria ter investido muito (despesas de capital). Aliás, esta é uma “**crise crónica**” na gestão do Dr. Silvano.

Pelas razões expostas, os Vereadores do CDS-PP votam contra este relatório de Contas e por isso não o subscrevem.

Comunique-se ainda a todos os Deputados Municipais o teor desta Declaração de Voto antes da próxima reunião da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor PRESIDENTE fez a seguinte intervenção:

1 – Este relatório apresentado refere-se ao ano de 2005 e agora percebo o desfasamento que houve entre o CDS/PP e a população de Mirandela, a população de Mirandela já se pronunciou sobre este resultado e ainda por cima só há 5 meses, e que pelos visto teve uma opinião completamente diferente;

2 – Há 4 anos para cá respondo exactamente ás mesmas perguntas e aos mesmos juízos de valor, até parece que os vereadores da oposição não mudaram;

3 – É que fiquei a saber hoje que 2.500.000€ que estão incluídos na rubrica empreiteiros e fornecedores são classificados como despesas correntes.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNANI RODRIGUES disse: Esta Prestação de Contas é um documento pouco preparado. O Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados de Água é um relatório mais preparado sendo apresentado de uma forma mais objectiva e que coloca aqui à disposição das pessoas que não tenha preparação técnica nestas áreas, descrições explicativas procurando traduzir os números. A questão também é de que no Relatório de Prestação de Contas da Câmara Municipal não se faz aqui uma separação entre o ciclo de investimento, o ciclo de exploração e o ciclo de operações financeiras através de um balanço funcional.

Por outro lado, coloca-se aqui em causa o princípio de equilíbrio financeiro, isto é, que há despesas correntes que estão a ser financiadas por receitas de capital. Temos aqui que as receitas correntes são de 35%, as receitas de capital 65%, despesas correntes 42%, as despesas de capital 52%, dei-me ao cuidado de fazer algum cálculo de alguns rácios, nomeadamente, rácios de alavanca financeira em termos de estrutura de endividamento, solvabilidade, autonomia financeira, rácios de liquidez, rácios de rentabilidade, rácios de funcionamento, não vou estar aqui a maça-los com estas situações até porque eu tenho aqui isso calculado em termos de mapas e em traços gerais colocando em termos de rácios de risco económico os rácios de estudo de outman procuram medir o risco económico das actividades. Diria que a autarquia de Mirandela tem um risco médio, isto é, não está dentro dos parâmetros do risco de grande potenciação mas também não terá risco relativamente a outras autarquias, como o Município de Bragança, que me parece ter o risco mais reduzido, estes dados eu poderei disponibiliza-los em próximas reuniões.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É curioso que isto é sempre comparado com o Município de Bragança, pelos Senhores Vereadores do CDS/PP, foi há pouco e é agora, parece com alguma satisfação. No risco calculado médio, eu vou pedir ao Dr. Hernâni que aí ou se enganou a regra de Outman ou você não tem os resultados todos, porque eu vou lhe trazer a regra do Ministério das Finanças que financia as Câmaras Municipais e poderá verificar que Mirandela ainda está nas 72 que tem direito a financiamento e a de Bragança vai ver o risco é muito superior ao de Mirandela. Analise bem a regra de Outman que não dá resultado, ou não tem os dados todos, essa é uma situação que, pelo menos, deve ser observada.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: O balanço tem uma rubrica que tem um peso bastante considerável, para traduzirmos melhor estes números, eu perguntava ao Senhor Presidente, nessa rubrica que é através dos proveitos diferidos o que é que está aí registado, são fundos comunitários?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isto não é uma sociedade anónima, como deve saber, os proveitos diferidos só tem que estar especificados e em termos de aplicação nas sociedades anónimas. Nas Câmaras Municipais não têm. O Senhor como Vereador pode ir consultar os documentos todos onde isso está explicado e como economista deveria o ter feito.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra dos membros do CDS/PP:

- 1 – Aprovar os documentos de Gestão e Prestação de Contas da Gerência de 2005 da Câmara Municipal;
- 2 – Submeter os referidos documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

03 – Relatório e Conta de Gerência de 2005 – SMA.

----- Foi presente o ofício 182 de 22/03/2006, referente à informação 13/SMA de 21/03/2006 a anexar ao Relatório e Contas de Gerência e a correspondente deliberação que é do seguinte teor:

DELIBERAÇÃO – O Conselho de Administração dos S.M.Água, depois de devidamente analisados, o Relatório, o Balanço e as Contas do Exercício de 2005, deliberou por unanimidade:

- a) Aprovar a conta de Gerência relativa ao ano de 2005, bem como o Relatório.
- b) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal através da Câmara Municipal.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA fez a seguinte declaração de voto:

“Consideramos que foram genericamente atingidos os objectivos programados para 2005, tanto no que se refere à cobrança de receitas, como também em termos de produtividade e realização dos investimentos.

O Relatório de Gestão e Conta de Gerência encontra-se bem apresentado e objectivo quanto à informação que pretende transmitir.

Nestes termos os Vereadores do CDS-PP votam favoravelmente este Relatório e Conta de Gerência.”

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar o Relatório e Conta de Gerência dos SMA relativo ao ano de 2005;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

04 - Inventário da Autarquia – 2005.

----- O documento de Inventário de Bens Móveis, Imóveis, Existências, Direitos (de longo prazo) e Obrigações do Município/2005, à data de 31 de Dezembro e que, para todos os efeitos aqui se dá por integralmente transcrito.

----- O Senhor Director de Administração Geral e Finanças informou que o documento respeitante ao Inventário Municipal se destinava a conhecimento da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05 - Projecto de Regulamento Municipal de Utilização dos Ecocentros de Mirandela e Torre de D. Chama.

----- Foi presente o Projecto de Regulamento Municipal de Utilização dos Ecocentros de Mirandela e Torre de D. Chama que a seguir se transcreve:

“O Decreto-Lei n.º 239/97, de 09 de Setembro, estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos, nomeadamente a sua recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação, de forma a não constituir perigo ou causar prejuízo para a saúde humana ou para o ambiente.

A gestão de resíduos visa, preferencialmente, a prevenção ou redução da produção dos resíduos em particular através da reutilização e da alteração dos processos produtivos, por via da adopção de tecnologias mais limpas, bem como da sensibilidade dos agentes económicos e dos consumidores ponto. Subsidiariamente, visa assegurar a sua valorização, nomeadamente através da reciclagem, ou a sua eliminação adequada.

O citado regime jurídico estabelece que a responsabilidade pelo destino final dos resíduos é de quem os produz, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos operadores na medida da sua intervenção no circuito de gestão desses resíduos.

No caso dos resíduos sólidos urbanos consideram-se responsáveis pelo destino final a dar aos mesmos os municípios ou as associações de municípios.

No entanto, essa responsabilidade não isenta os respectivos municípios do pagamento das respectivas taxas ou tarifas pelo serviço prestado, a título de gestão ou delegação, bem como de uma correcta utilização dos equipamento de disposição de resíduos, nomeadamente dos ecopontos e ecocentros.

Assim, conscientes de que a gestão de resíduos é um desafio inadiável para as sociedades modernas, a Câmara Municipal de Mirandela tem vindo a realizar um conjunto de iniciativas para melhorar e desenvolver a qualidade ambiental do concelho, base para um desenvolvimento sustentável e condição essencial para a fixação de muitas actividades económicas como por exemplo o turismo.

Contudo, muitos dos problemas ambientais não podem ser resolvidos à escala municipal, como tal, foi necessário encetar novos projectos à escala inter-municipal. É isso que estamos a fazer no Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Nordeste Transmontano, gerido pela empresa inter-municipal Resíduos do Nordeste.

Com a constituição da Resíduos do Nordeste, em 31 de Outubro de 2003, o Município delegou as responsabilidades da gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos nessa empresa inter-municipal que, por sua vez, contrata o fornecimento dos serviços urbanos a operadores privados.

Deste modo, a Câmara Municipal assume um papel fundamental de acompanhamento e fiscalização da actividade empresarial e detém a responsabilidade de fiscalização no terreno e de aplicação de contra-ordenação e coimas em caso de infracções.

Por outro lado, atendendo a que actualmente o Sistema de Gestão de RESÍDUOS Sólidos Urbanos do Nordeste Transmontano dispõe de 14 ecocentros em funcionamento, entendemos que é importante uniformizar os critérios aplicáveis ao funcionamento desses ecocentros, bem como sistematizar num regulamento as respectivas normas de utilização e gestão.

Assim, em conformidade com a legislação em vigor e as orientações das autoridades legais, nomeadamente no que concerne à valorização de materiais para reciclagem, com as responsabilidades do município e da empresa inter-municipal Resíduos do Nordeste; com os contratos existentes com os operadores privados para a entrega e recepção de resíduos sólidos urbanos para a valorização, tratamento e destino final; e nos termos do estabelecido na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 1 69/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Mirandela, sob a proposta da Câmara Municipal de Mirandela, aprova o presente Regulamento Municipal de Utilização do Ecocentros de Mirandela e Torre de D. Chama.

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento estabelece as regras a que fica sujeita a entrega de resíduos no Ecocentro de Mirandela e no Ecocentro de Torre de D. Chama, adiante designado por Ecocentros.

Artigo 2.º

Objectivo

O objectivo do presente regulamento consiste na definição dos procedimentos de utilização e exploração dos Ecocentros, aplicáveis aos seus utilizadores.

Artigo 3.º

Definições

1 - Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a) Detentor: qualquer pessoa singular ou colectiva incluindo produtor, que tenha resíduos na sua posse;
- b) Produtor: qualquer pessoa, singular ou colectiva, cuja actividade produza resíduos ou que efectue operações de tratamento, de mistura ou outras que alterem a natureza ou a composição dos resíduos;
- c) Resíduos: quaisquer substâncias ou objectos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer, nomeadamente os previstos na Portaria n.º 209/2004, de 03 de Março;
- d) Resíduos Urbanos: os resíduos domésticos ou outros resíduos semelhantes em razão da sua natureza ou composição, nomeadamente os produtores de serviços ou dos estabelecimentos comerciais ou industriais e de unidades prestadoras de cuidados de saúde, desde que, em qualquer dos casos, a produção diária não exceda 1100 litros por produtor;
- e) Recolha: operação de apanha de resíduos com vista ao seu transporte;
- f) Gestão de resíduos: as operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos, incluindo a monitorização dos locais de descarga após o encerramento das respectivas instalações, bem como o planeamento dessas operações;
- g) Ecocentros: área vedada e vigiada à recepção de resíduos para reciclagem com um volume superior aos Ecopontos e com eventual mecanização para preparação dos resíduos para encaminhamento para a reciclagem;
- h) Valorização: as operações que visem o reaproveitamento dos resíduos identificadas em Portaria do Ministério do Ambiente;
- i) Triagem: operação de separação de resíduos e deposição em locais separados, mediante processos manuais ou mecânicos em materiais constituintes destinados a valorização ou a outras operações de gestão;

- j) Monstros: objectos volumosos fora do uso provenientes das habitações, nomeadamente resíduos dos equipamentos eléctricos e electrónicos;
- k) Entulhos: mistura de resíduos, não contendo substância perigosas, resultantes da construção e demolição, nomeadamente betão, tijolos, ladrilhos e não ferrosos;
- l) Fileira: designação técnica que significa qualquer dos materiais constituintes dos resíduos: fileira dos vidros, fileira dos plásticos, fileira dos materiais, fileira do papel/ cartão, etc..

Artigo 4º

Entidades utilizadoras dos Ecocentros

Podem utilizar os Ecocentros as seguintes Entidades:

- a) Particulares: os munícipes ou empresas que transportem os resíduos admissíveis no Ecocentros, devidamente triados e nas quantidades estabelecidas no presente regulamento;
- b) Serviços Municipais ou empresas prestadoras de serviços ao município, previamente identificados como tal;
- c) Juntas de Freguesia, quando se encontrem a efectuar a recolha de “monstros” ou outras operações de resíduos devidamente autorizadas pelo município;
- d) Outras entidades, a título excepcional, e desde que devidamente autorizadas.

Artigo 5º

Natureza do Resíduos Admissíveis

1 - São admissíveis nos Ecocentros os resíduos indicados no nº 2 do presente artigo, e incluídos no Anexo I, devendo ser depositados separadamente nos contentores disponíveis para o efeito e identificados através de placas.

2 - Os resíduos admissíveis nos Ecocentros são os seguintes:

- a) Papel e cartão;
- b) Vidro;
- c) Embalagens (plásticos e metais);
- d) “Monstros”;
- e) “Entulhos”;
- f) Resíduos verdes e de jardim;

3 - Além dos resíduos acima identificados, são ainda admissíveis nos Ecocentros, óleos usados, pilhas e acumuladores usados e outros, desde que existam contentores próprios para o efeito.

4 - Atendendo às necessidades podem ser acrescentados outros tipos de materiais que sejam passíveis de valorização, bem como poderão ser retiradas algumas destas fileiras de resíduos.

5 - Não são aceites materiais que contenham ou tenham contido substâncias perigosas.

6 - Os materiais a aceitar são de origem doméstica, podendo ser aceites materiais resultantes de actividade municipal, bem como de actividades de comércio, serviços e indústria, desde que a descarga dos produtos a depositar por fileira, não seja superior a 1m³/ dia.

Artigo 6º

Entrega e deposição de resíduos

1 - A entrega dos resíduos é efectuada exclusivamente a granel, não sendo aceites entregas de materiais em fardos, dentro de sacos ou contentores.

2 - Os materiais de embalagem são previamente esvaziados do seu conteúdo.

3 - A deposição dos resíduos é feita de forma manual para o interior do contentor respeitante a cada um dos tipos de resíduos, não sendo permitida a utilização de básculas para efectuar a descarga dos resíduos.

Artigo 7º

Utilização dos Ecocentros pelos particulares

1 - Os utilizadores particulares devem dirigir-se à portaria para identificação junto do funcionário responsável pelo Ecocentro, que fará o registo da descarga.

2 - O funcionário responsável pelo Ecocentro realiza, por descarga, uma inspecção aos materiais a entregar, preenchendo o formulário de recepção dos resíduos, conforme indicado no Anexo II.

3 - Da apreciação do tipo de materiais transportados, o funcionário responsável pelo Ecocentro concede a autorização de descarga ou recusa a descarga, devendo neste caso, fundamentar a sua decisão.

4 - Mediante autorização de descarga, o utilizador é informado pelo funcionário responsável pelo Ecocentro do local e moldes em que a mesma deve ser efectuada.

5 - O funcionário responsável pelo Ecocentro reserva-se o direito de não receber os materiais a depositar se os mesmos estiverem com um grau de contaminação elevado que inviabiliza a sua futura recuperação e reciclagem, nos termos definidos pela Sociedade Ponto Verde (SPV).

6 - As empresas não podem utilizar os Ecocentros para a descarga de resíduos de entulhos, resíduos verdes de jardins, resíduos indiferenciados, madeiras, óleos usados, pilhas e baterias usadas.

7 - O funcionário responsável pelo Ecocentro reserva-se o direito de não utilizar a descarga dos produtos a depositar, se a sua quantidade por fileira for superior a 1m³/ dia.

Artigo 8º

Utilização dos Ecocentros pelas Juntas de Freguesia e Município

1 - Todos os utilizadores devem dirigir-se à portaria para identificação junto do funcionário que fará o registo da descarga.

2 - Após o registo da descarga o condutor dirige-se aos contentores referentes a cada um dos produtos transportados, fazendo obrigatoriamente a triagem de cada um dos materiais transportados, devendo a mesma ser efectuada, preferencialmente, antes da entrada no Ecocentro.

3 - O funcionário responsável pelo Ecocentro regista a identificação da Junta de Freguesia ou viatura municipal, hora, data da descarga e tipo de resíduos entregues.

4 - No caso das descargas serem efectuadas fora do horário de funcionamento do Ecocentro, os funcionários da Câmara Municipal ou das Juntas de Freguesia efectuam o preenchimento do formulário de deposição de resíduos (Anexo II) e entregam-no ao funcionário do Ecocentro com a maior brevidade possível.

Artigo 9º

Regras de utilização dos Ecocentros

1 - Todos os utilizadores admitidos são responsabilizados pela tipologia dos resíduos transportados devendo garantir que apenas transportam os materiais autorizados, assim como pela deposição dos materiais nos contentores destinados a cada um dos resíduos.

2 - De modo a garantir a conformidade das cargas, o funcionário responsável pelo Ecocentro, sempre que o entenda necessário, procede à verificação dos materiais apresentados e depositados em cada um dos contentores, sendo que o utilizador deverá proporcionar aos responsáveis pela inspecção as condições adequadas à sua verificação.

3 - Se o funcionário responsável pelo Ecocentro detectar a presença de resíduos perigosos nas cargas deverá de imediato rejeitar a respectiva descarga. Deverá ainda registar a não conformidade e o motivo da rejeição dos resíduos e proceder à identificação do produtor de resíduos (nome e matrícula da viatura) para detectar eventuais descargas clandestinas.

4 - Sempre que do resultado das inspecções se verificar a não conformidade das cargas transportadas e depositadas, o utilizador é obrigado a corrigir a anomalia ou a suspender a descarga.

5 - A descarga dos materiais no local indicado é da inteira responsabilidade dos utilizadores.

6 - O transporte dos resíduos deverá ser efectuado em condições ambientalmente adequadas de modo a evitar a sua dispersão, para além de respeitar todas as disposições do Código da Estrada e demais legislação rodoviária aplicável.

7 - No acesso às áreas de descarga dos materiais são ser cumpridas as indicações prestadas pelo funcionário responsável pelo Ecocentro no que se refere às manobras, ao local indicado para descarga e procedimento de descarga.

8 - Qualquer infracção às regras gerais enunciadas neste regulamento será susceptível de sanção de acordo com o artigo 10º e 11º.

9 - Após a entrada nas instalações do Ecocentro os utilizadores devem respeitar a sinalização existente sendo também responsabilizados por qualquer dano causado dentro das instalações do Ecocentro. O funcionário do Ecocentro deve informar a empresa responsável pela gestão dos Ecocentros de qual a entidade particular que provocou o dano. Posteriormente será informada a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, e em conjunto, serão tomadas as devidas diligências com o intuito de reparar o dano.

Artigo 10º

Sanções

1 - Sempre que um utilizador particular não cumpra as orientações fornecidas pelo funcionário responsável pelo Ecocentro é sancionado da seguinte forma:

- a) Advertido verbalmente, no caso de ser a primeira vez;
- b) Advertido, por escrito, após informação da empresa responsável pela exploração dos Ecocentros;
- c) Cancelado o seu direito de utilização do Ecocentro em situação de reincidência;

2 - Sempre que um utilizador das Juntas de Freguesia não cumpra as orientações fornecidas pelo funcionário responsável pelo Ecocentro é:

- d) Advertido verbalmente, no caso de ser a primeira vez;
- e) Em caso de reincidência, será comunicado o facto à Junta de Freguesia respectiva, para esta entidade tomar as medidas que entender adequadas, reservando-se à Câmara Municipal de Mirandela, o direito de tomar as providências que considere apropriadas em função da gravidade da situação.

3 - Para os utilizadores municipais, o funcionário responsável pelo Ecocentro informa a sua entidade patronal que comunica tal facto à Câmara Municipal de Mirandela.

Artigo 11º

Responsabilidade civil e criminal

A aplicação de sanções referidas no Artigo 10º não isenta o infractor das eventuais responsabilidades civis e criminais emergentes dos factos praticados.

Artigo 12º

Sanções contratuais ao operador

Compete à empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, entidade responsável pela gestão do contrato da recolha selectiva a aplicação das sanções contratuais ao operador dos Ecocentros.

Artigo 13º

Orientações das autoridades nacionais

Na gestão dos Ecocentros são sempre ser observadas as regras emanadas das autoridades nacionais do sector dos resíduos, nomeadamente do Instituto dos Resíduos, bem como as normas e especificações técnicas da Sociedade Ponto Verde.

W
Ma

Artigo 14º

Horário de funcionamento

O horário de funcionamento é o indicado no Anexo III, podendo ser alterado por deliberação da Câmara Municipal de Mirandela, dentro dos limites definidos no contrato da recolha selectiva.

Artigo 15º

Revisão

O presente regulamento é revisto sempre que a legislação vigente seja alterada, as formas de disposição de fracções de resíduos a valorizar sejam modificadas, ou seja alterado o tipo de resíduos admissíveis nos Ecocentros, após parecer da empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste.

Artigo 16º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões no âmbito do presente Regulamento são decididas pela Câmara Municipal de Mirandela podendo, para o efeito, consultar a empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste.

Artigo 17º

Entrada em vigor

Este regulamento foi aprovado sob proposta, pela Câmara Municipal, em / / e pela Assembleia Municipal em / de 2006, entrando em vigor 15 (quinze) dias a pós a sua publicação, nos termos legais, conforme determina o nº 4 do artigo 29º da Lei nº 42/ 98, de 06 de Agosto.”

----- Vem acompanhado de 3 Anexos que se dão por reproduzidos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou se a empresa intermunicipal “Resíduos do Nordeste” participou na elaboração deste projecto de regulamento.

Questionou também se o horário de funcionamento proposto entre Terça e Sábado, tendo perguntado se não seria pertinente ter da parte da manhã.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Em relação à participação ele é igual para os 5 Municípios, teve a participação da Associação de Municípios. Em relação ao horário pode ser modificado em qualquer altura, mas é esse o horário que as pessoas mais procuram.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Projecto de Regulamento Municipal de Utilização dos Ecocentros de Mirandela e Torre D. Chama que se dão por reproduzidos;
- 2 – Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

06 – Conhecimento de Despachos.

06/01 – D.U.A. – Secção de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 10 de Abril, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 6/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 27 de Março e 10 de Abril de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Pedidos de Informação Previa Deferidos

Carlos Manuel Real – Pedido de viabilidade para construção de uma moradia – Estrada de Valpaços, Golfeiras – Deferido em 04/04/2006.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 06/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 27 de Março 10 de Abril de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares – Autorizações

11/06 – Manuel Filipe do Vale Araújo e Maria José Palas Pimpão – Instalação de um estabelecimento de bebidas – Edifício do Cruzeiro, lotes n.ºs 17 e 18, Mirandela;
31/06 – José Francisco Ribeiro & Irmão, Lda – Construção de uma moradia – Loteamento Francisco António Pereira, lote n.º 69, Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 07/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 27 de Março e 10 de Abril de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares – Licenciamentos Deferidos

176/05 – Frederico Augusto Seixas – Construção de um estabelecimento de venda directa de queijo – Contins;
221/05 – António Júlio Fernandes – Construção de um muro – Vale de Asnes;
291/05 – José António Alves – Altear um muro – São Salvador;
1/06 – Maria da Conceição Alves Gonçalves – Alteração e ampliação de uma moradia - Bairro Operário, Mirandela;
32/06 – Abílio Albano Teixeira Torres – Ampliação de um muro de vedação – Torre Dona Chama;
38/06 – Narciso António Fraga – Construção de um muro – Penedo Redondo, Vila Nova das Patas;
46/06 – João Batista Pinto – Construção de um armazém agrícola – Abreiro.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 07/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 27 de Março e 10 de Abril de 2006 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Autorizações de Utilização Deferidas

22/06 – Sociedade de Pinturas Mofreita & Mofreita, Lda – Habitação – Loteamento dos Telheiros, lote n.º 24, Mirandela;
40/06 – Marcelino dos Santos Teixeira – Habitação – Loteamento Urbimira, lote n.º 4, Mirandela;
41/06 – Maria do Rosário Pires Almor Branco – Habitação – Loteamento do Pombal, lote n.º 14, Mirandela;
42/06 – Carlos José Bragança Trigo – Habitação – Loteamento do Sardão, lote n.º 47, Golfeiras;
48/06 – Nelson José Cardoso Araújo – Habitação – Loteamento das Heras, 2ª fase, lote n.º 11, Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 07/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 27 de Março e 10 de Abril de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Licenças de Utilização Deferidas

34/06 – Armando Augusto Portela – Habitação – Cedães;
38/06 – Caixa Geral de Depósitos – Garagem (fracção K) – Avenida dos Bombeiros Voluntários;
39/06 – Pedro José Teixeira dos Santos – Habitação – Vilar de Ouro.

Licença de Utilização Indeferida

29/06 – Arminda do Céu Monteiro – Habitação – Freixeda.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06/02 – D.A.G.F. - Secção de Taxas e Licenças.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 10 de Abril, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

Informação N.º 39/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes Licenças de recinto, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16 de Dezembro, durante o mês de Março:

Organização	Localidade	Tipo de Licença
Manuel José Felgueiras Pires	Torre Dona Chama	Recinto Improvisado
Manuel José Felgueiras Pires	Torre Dona Chama	Ruído
Ricardo Túlio Loureiro Teixeira	Mirandela	Recinto Improvisado
Ricardo Túlio Loureiro Teixeira	Mirandela	Ruído
Assoc. de Estat. da Esc. Sup. de Tec. Gest.	Mirandela	Recinto Improvisado
Assoc. de Estat. da Esc. Sup. de Tec. Gest.	Mirandela	Ruído

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 40/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram renovados os seguintes cartões para o exercício da actividade de **Vendedor Ambulante** durante o mês de Março.

RENOVAÇÕES

NOME	ARTIGOS	RESIDÊNCIA
Ambrósio Monteiro Morais	Produtos Agrícolas	Vilares da Vilarça
José Joaquim Fernandes	Têxteis	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 41/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos terrenos para sepultura perpetua durante o mês de Março a:

Nome	Residência	Cemitério
Natividade da Conceição e Filhos	Mirandela	Golfeiras
Alfredo Ramos e Irmãos	Mirandela	Golfeiras
Maria Antónia C. Alves e José Luís Correia	Mirandela	Golfeiras
Ester da Conceição e Filhos	Mirandela	Mirandela
Maria Celeste e Filhos	Mirandela	Golfeiras
Maria Hortense Gonçalves Pires e Irmãos	Mirandela	Golfeiras

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 42/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças de Ocupação de Via Pública**, durante o mês de Março/2006:

TITULAR	ÁREA OCUPADA	LOCAL
Associação Internacional de Temperança	20m ²	Frente/Pavilhão Reginorde
Farmácia da Ponte de Marília Teixeira Lopes	17ml (3 toldos)	Rua D. Afonso III, n.º 98
Luzia Paula Ferreira Coutinho-Café "Formiga"	4m ² (esplanada)	Rua da Formiga, n.º 7

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 43/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos e renovados os seguintes cartões para o exercício da actividade de **feirante** durante o mês de Março.

RENOVAÇÕES

NOME	ARTIGOS	RESIDÊNCIA
Álvaro Marques de Azevedo	Têxteis e Vestuário	Macedo de Cavaleiros
Amândio Rodrigues Vergueira	Ferragens	Rio torto - Valpaços
Vasco Manuel Bragança Trigo	Calçado	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 44/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos os seguintes **horários de Funcionamento** durante o mês de Março:

ma
ly

Nome	Tipo de Estabelecimento	Localidade
Fernando Augusto Valério Quintas	Café - Snack-bar	Mirandela
Manuela Sofia Relhas Cordeiro	Pronto-a-vestir	Mirandela
Paulo Rui Lino Borges	Confeitaria e Pastelaria	Mirandela
Paulo Valbom - Soc. Unipessoal, Lda	Artigos de desporto	Mirandela
Sónia Maria Guedes Constantino	Sapataria	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 45/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram emitidas e renovadas as seguintes **Licenças de condução de Ciclomotores e de Veículos Agrícolas** durante o mês de **Março/2006**.

CONCESSÕES

NOME	RESIDÊNCIA	CATEGORIA
António Joaquim Lago	Vale de Juncal	Veículo-Agrícola
David Lago Fontes	Mirandela	Veículo-Agrícola
Eduardo José dos Santos	Contins	Veículo-Agrícola
Francisco Manuel Alves	S. Salvador	Veículo-Agrícola
João Carlos dos Santos Barra	Rego de Vide	Veículo-Agrícola
João Maria dos Santos	Vale de Prados	Veículo-Agrícola
Leonel Venâncio Pires	Vale de Telhas	Veículo-Agrícola
Lurdes da Conceição E. Cabanas Meireles	Vale de Juncal	Veículo-Agrícola
Manuel Alcino Gomes	Mascarenhas	Veículo-Agrícola
Manuel Carlos Gomes Guerra	Rego de Vide	Veículo-Agrícola
Manuel João Medeiros Basílio	Mirandela	Veículo-Agrícola
Marcos dos Santos Branco	Mirandela	Veículo-Agrícola
Mário Augusto	Vale de Prados	Veículo-Agrícola
Nuno José Patatas	Mirandela	Veículo-Agrícola
Reinaldo Reto Queijo	Mirandela	Veículo-Agrícola

RENOVAÇÕES

NOME	RESIDÊNCIA	CATEGORIA
João António Miguel	Torre D. Chama	Veículo-Agrícola
José Luís	Mirandela	Ciclomotor
Manuel Eugénio Lage	Chelas	Veículo-Agrícola
Manuel dos Santos Sérgio	Vale de Salgueiro	Ciclomotor
Valdemar Augusto	Carvalhais MDL	Ciclomotor

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 46/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **licenças de publicidade**, durante o mês de **Março/06**.

TITULAR	TIPO DE PUBLICIDADE	LOCAL
Paulo Valbom-Soc.Unipessoal, Lda.	Reclamo Luminoso	Av.ª Amoreiras - Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 47/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro**, durante o mês de **Março**.

Licenças de Exploração de Máquinas de Diversão

Nome do Proprietário	Estabelecimento	Localidade
António Carlos Borges	Anabela Ferraz Martins	Carvalhais
António Carlos Borges	Anabela Ferraz Martins	Carvalhais
Firma F. B Diversões, Lda	Bar Sol da Noite	Torre Dona Chama
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
Manuel Freitas & Rocha	Salão de Jogo	Mirandela

Manuel Freitas & Rocha	Salão de Jogo	Mirandela
Manuel Freitas & Rocha	Salão de Jogo	Mirandela
Manuel Freitas & Rocha	Salão de Jogo	Mirandela
Gilberto R. Santos Madaleno	Salão de São Cosme	Mirandela
Gilberto R. Santos Madaleno	Salão de São Cosme	Mirandela
Firma F. B. Diversões	Big Ben	Mirandela
António Carlos Borges	Café Elite	Mirandela
António Carlos Borges	Café Elite	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 48/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram matriculados e transferidos os seguintes ciclomotores, durante o mês de Março/2006.

TRANSFERIDOS

MATRICULA	PROPRIETÁRIO	RESIDÊNCIA
1-MDL-21-71	Albano Augusto Ramires Estroia	Freixeda
1-MDL-09-82	António Augusto de Sá	Vale de Asnes
1-MDL-02-25	António Manuel de Sousa	Mosteiró
1-MDL-25-05	Dinis Ilídio Gregório	Vale de Telhas
1-MDL-36-64	Ernesto Pires Torrão	Sendim
1-MDL-22-21	José Machado	Mirandela
1-MDL-37-63	Sérgio Augusto de Azevedo	Vale de Gouvinhas
1-MDL-30-13	Manuel Carlos Ferreira	Rebordãos
1-MDL-29-79	Manuel Maria da Silva	Louriçal
1-MDL-32-24	Mário Jorge Caetano Dias Ferreira	Torres Novas

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 49/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos e renovados os seguintes Cartões de Ocupante do Mercado Municipal durante o mês de Março:

Concessões

NOME	ARTIGOS	RESIDÊNCIA
Fátima de Lurdes Teixeira	Queijo	Fonte de Urze - Mirandela

bc
ma

Renovações

NOME	ARTIGOS	RESIDÊNCIA
António Ferreira dos Santos	Flores	Stª Maria Maior - Chaves
Armando José Amaral Taboada	Fruta e Hortaliça	Carvalho Egas - Vila Flor
Maria da Conceição Beça	Fruta e Hortaliça	Passos - Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06/03 – O.A. – 4.ª Modificação ao Orçamento e 3.ª Alteração à Despesa e ao PPI/PAM.

----- Foi presente a 4.ª Modificação ao Orçamento e 3.ª Alteração à Despesa e ao PPI / PAM com reforço de 282.490€, (sendo 110.000€ de despesas correntes, 17.500€ no PAM e 154.990€ ao PPI) e anulação da importância de 282.850€ (sendo 110.000€ de despesas correntes, 17.500€ no PAM e 155.350€ no PPI).

----- O Senhor PRESIDENTE autorizou por despacho de 24/03/2006 a mencionada 4.ª Modificação ao Orçamento, a que corresponde a 3.ª Alteração à Despesa e ao P.P.I. / P.A.M. - 2006.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06/04 – O.A. – Relatório de Gestão 2005 – MLM.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 1653 de 24/02/2006 com o seguinte teor:

“Venho por este meio enviar dois exemplares um original e uma cópia do Relatório de Gestão e Contas de 2005, aprovado em reunião do Conselho de Administração para análise, apreciação e aprovação pela Câmara de que Vossa Excelência é Digníssimo Presidente.

Anexo ainda dois Planos de Orçamento para 2006 bem como um exemplar da Ordem de Trabalhos a discutir na Assembleia Geral.

A Assembleia Geral dos accionistas C.P. e Câmara Municipal de Mirandela, será no dia 24 de Março (sexta-feira) pelas 11 horas no Salão Nobre do Município ou 27 de Março (segunda-feira) se outra data não vier a ser acertada pelos accionistas.

Com os melhores cumprimentos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS**07 - Contabilidade – Tesouraria – Balancete.**

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 11 de Abril de 2006 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	91.002,71€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	700.439,11€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	791.441,82€
 DOCUMENTOS-----	 3.623,94€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

**08 - Secção de Aprovisionamento
Autorizações de Despesa – Requisições.**

----- Foi presente a informação n.º 08/S.A./06 de 11/04/2006 da Secção de Aprovisionamento:

Para conhecimento da Câmara Municipal e em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal e de acordo com o Despacho do Senhor Presidente, ambos de 26 de Outubro de 2005, informa-se que foram autorizadas por competência delegada, as requisições n.ºs 790 a 792, 795 a 802, 804 a 821, 826 a 828, 849 a 866, 869 a 876, 878 a 880, 882 a 888, 894 a 899, 901 a 917, no montante de 82.138,46€ no período de 20 de Março a 11 de Abril de 2006, pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores a Tempo Inteiro, nos montantes a seguir mencionados:

Senhor Presidente -----	14.637,42€
António José Pires Almor Branco -----	51.897,57€
Maria Gentil Pontes Vaz -----	3.513,94€
José Assunção Lopes Maçaira -----	12.089,53€
 As requisições de valor até 200,00€ totalizam-----	 2.925,63€
As requisições de valor superior a 200,00€ totalizam-----	79.212,83€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

09 – Secção de Contabilidade – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 07/2006 de 11/04/2006 que a seguir se transcreve:

Para cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005, informo o Executivo que, no período de 28 de Março a 11 de Abril de 2006, foram efectuadas as seguintes:

Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento:

Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas no valor total de	410.300,12€
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria no valor global de	--,--€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

10 – Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial.

----- Foi presente uma informação da Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial que a seguir se transcreve:

“Aos catorze dias do mês de Março de 2006, reuniu-se na Câmara Municipal de Mirandela, sob a Coordenação do Senhor Vice-Presidente o Eng.º António José Almor Branco, a Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial de Mirandela.

Estiveram presentes a este acto:

- Dr. José Bernardes, em representação do Centro de Apoio à Criação de Empresas de Mirandela;
- Dr. Jorge Morais, em representação da Associação Industrial e comercial de Mirandela;
- Maria do Céu Lima, Chefe de Secção do Património da Câmara Municipal;

a, fim de debater os seguintes pontos de ordem de trabalhos:

1 - Análise de candidaturas apresentadas;

2 - Avaliação da situação do terreno atribuídos e medidas a tomar quanto ao atraso de investimento.

Ponto 1 - Não foram analisadas as 6 candidaturas apresentadas, a fim de não se criarem falsas expectativas aos candidatos, pois ainda existem 20 candidaturas que aguardam lotes, que irão ser criados com a ampliação da Zona Industrial.

Ponto 2 - Depois de serem analisadas todas as candidaturas, com lotes já distribuídos, verificou-se que os proprietários não estão a dar cumprimento ao plano de investimento proposto na respectiva candidatura, nem ao estipulado no Regulamento da Zona Industrial.

- A Comissão deliberou que todos os candidatos, com escritura realizada, deverão apresentar no prazo máximo de 30 dias comprovativo de que o investimento está a ser realizado tais como:

- Licença de construção em curso;

- Cronograma de execução do investimento, e se o investimento está a ser realizado e ajustado à data da realização da escritura do Direito de Superfície.

- No prazo máximo de 30 dias, a contar da recepção da notificação, deverão informar este Município do investimento realizado em imobilizado, para a comissão da análise verificar cada candidatura individualmente, e caso não estejam a cumprir os pontos 4 e 4.3.2, do Regulamento da Zona Industrial, os lotes reverterão a favor do Município.

- Todos os candidatos a quem foram distribuídos os lotes e ainda não fizeram a escritura do Direito de Superfície, têm 30 dias para a realização da escritura e apresentar o cronograma de execução do investimento.

E por nada mais haver a tratar, deu-se por encerrada a sessão de que se lavrou a presente acta que vai ser lida e assinada pelos presentes.”

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a proposta transcrita.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE

11 – Isenção de Pagamento de Licença para Habitação - Maria Alice Machado.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 7946 de 18/10/2005 com o seguinte teor:

“Sr. Presidente foi uma-das pessoas contempladas com o apoio para habitação - material para construção de uma habitação, pois habito num pré - fabricado muito degradado. Recebo uma pensão no valor de 216,79€ e é com muito esforço que faço algumas economias para poder pagar a mão-de-obra e mais alguma coisa que necessito para a casa. Tenho poucas possibilidades económicas pedia a V.ª Ex.ª que me conceda a isenção do pagamento da licença para construir a habitação.”

----- Pela Senhora Assistente Social da Câmara Municipal de Mirandela em 21/03/2006 foi emitida a seguinte informação:

“Esta família reúne as condições do regulamento de apoio à habitação, aprovado pela Câmara Municipal, o que demonstra a situação económica extremamente grave da família.”

----- Pelo Senhor Presidente em 21/03/2006 foi emitido o seguinte despacho:

“Conforme parecer social e tendo esta família um pré fabricado em muito mau estado, entendo que deve ser reparado esse pré-fabricado, sem contudo ser completamente demolido. Não existe processo porque foi instalado na altura do regresso das colónias portuguesas.”

----- Em 30/03/2006 o Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente deu o seguinte parecer:

“Conforme informação no despacho do Sr. Presidente, não se trata de um pedido de licenciamento mas sim de um pedido de autorização de obras de reparação de um pré-fabricado anterior a 1970, pelo que não se vê inconveniente e pode ser autorizado.”

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar conforme proposto:

- 1 - Conceder a isenção do pagamento para construção de habitação;
- 2 - Notificar a requerente Maria Alice Machado residente em Vale de Gouvinhas, do teor desta deliberação.

12 - Pedido de Isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis - Paulo Jorge Correia Carvalho.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 717 de 09/02/2006 com o seguinte teor:

“Eu abaixo assinado, Paulo Jorge Alves Correia Carvalho, solteiro, nascido a 11/02/1979, portador do B.I n.º 11501558 e com o contribuinte n.º 218916965, natural da freguesia de Mirandela, concelho de Mirandela e residente na freguesia de Lamas de Orelhão do concelho de Mirandela, venho junto de Vossa Excelência para que me seja dado parecer favorável para a isenção do I.M.T., nos termos da alínea J) do art.º 6 do Código do Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

Mais declaro que nunca usufrui de idêntico benefício.”

----- Em 27/03/2006 pelo Técnico Superior do DUA Eng.º Beleza foi emitida a seguinte informação:

“Em relação ao assunto supra referido, cumpre-me informar que se trata de pedido de benefício de isenção de IMT na aquisição de um prédio rústico situado em Lamas de Orelhão. O pedido tem legitimidade nos termos do n.º 3.2 da acta n.º 10 de 17/05/2002.

O pedido veio primeiramente instruído com os seguintes documentos essenciais, entre outras declarações não obrigatórias:

- a) Planta de localização da parcela que pretende adquirir;
 - b) Declaração de Início de Actividade;
 - c) Declaração do Instituto de Segurança Social que comprova não estar a firma sujeita à inscrição como contribuinte da segurança social;
 - d) Declaração em como nunca beneficiaram de isenção de IMT;
 - e) Certidão de situação regularizada perante a Fazenda Nacional em como não é devedor de quaisquer impostos em prestações tributárias e respectivos juros;
 - f) Certidão de teor matricial do prédio referido, com o art.º n.º 213 de que é titular Maria Adriana Negreiros Vaz;
- O requerente apresentou o pedido nos termos da alínea b) do n.º 9 da informação prestada à Câmara pelo Sr. Presidente da Câmara, conforme transcrição da acta n.º 10 de 17/05/02.

Tendo-se verificado que o requerimento estava incompleto nos termos exigidos, solicitam-se os elementos em falta:

- a) Certidão da Conservatória Predial relativa ao prédio objecto de aquisição;
- b) Declaração em como se comprometem a manter a fracção sobre o qual impende o IMT pelo período de 5 anos;

O requerente procedeu à entrega destes elementos através do requerimento n.º 1369 datado de 20/03.

Em face dos elementos constantes no requerimento parece-me poder ser concedido benefício de isenção de IMT conforme solicitado pelo requerente.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar conforme parecer técnico transcrito:

- 1 - Reconhecer que se verificam os requisitos necessários ao direito de isenção de IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) pela aquisição de um prédio rústico situado no lugar de Caleira, inscrito com o art.º 213, freguesia de Lamas de Orelhão;
- 2 - Dar conhecimento ao requerente Paulo Jorge Alves Correia Carvalho residente na Rua José Maria Duarte, torre 1 7º B, Casal da Serra, 2625-063 Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira, do teor desta deliberação.

13 - Loteamento Urbano Júlio Dinis Ferreira - Hipoteca de Lotes a favor da Câmara - Junta de Freguesia de Torre D. Chama.

----- Foi presente o ofício de 14/12/2005 com o número de saída 10613 a solicitar caução no valor de 259.776,14€. Este valor resulta de um mapa de orçamento efectuado pela Divisão Hidráulica e Vias de Comunicação.

Em resposta ao mencionado ofício pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Torre D. Chama foi presente o ofício n.º 2127 de 14/03/2006 que é do seguinte teor:

“Notificada nos termos e para efeitos do ofício supra mencionado, vem solicitar a Vª. Ex.ª se digne aceitar a substituição da requerida caução bancária no montante de 259.776,14€ pela constituição de Hipoteca, a favor da Câmara Municipal, e para garantia do referido montante, sobre os lotes que constituem os números 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 17 do indicado Loteamento, cuja simulação do valor patrimonial tributário, de cada um, se anexa.

Com os melhores cumprimentos.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, quanto ao valor total da caução, no montante de 259.776,14€, deliberou por unanimidade:

- 1 – Aceitar como caução a hipoteca dos lotes números 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16 e 17, do “Loteamento Urbano Júlio Dinis Ferreira”, cujo montante total foi calculado, por simulação do valor patrimonial tributário, em 198.140,00€;
- 2 – Notificar a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Torre D. Chama para prestar caução quanto ao valor em falta, ou seja, 61.636,14€.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Vereador Dr. HERNANI RODRIGUES perguntava ao Senhor Presidente o que se passou concretamente na Torre D. Chama?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Há um terreno, onde está o jardim de Torre D. Chama que era todo público em 1991. Nessa altura a Junta de Freguesia fez uma doação em acta de Junta de um terreno para construir o largo, o que foi feito, com uma rua em frente ao lar. Em termos gerais, diz que o anterior Presidente da Junta cedeu ao lar esse terreno para alargar o largo mas fê-lo por deliberação de uma acta da Junta de Freguesia sem posterior aprovação pela Assembleia de Freguesia. A Junta de Freguesia actual entende que a doação não é válida e que o terreno pertence ao domínio público onde está o Jardim.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNANI RODRIGUES disse: Eu ouvi as declarações da Senhora Presidente da Junta de Torre D. Chama que questionava também a posição do Presidente da Câmara.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: O que está a ser discutido é se o terreno é de uns ou de outros e se as actas são válidas ou não válidas. Será que as obras que o Senhor Padre tem para fazer no lar tem parecer favorável da Câmara ou não. Eu a essa questão não quero responder agora porque ainda está a ser analisado o processo. Só podemos dar parecer favorável se o terreno for do lar, por que se não for não podemos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Se cumprir os requisitos legais.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Luís Maria, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 11 horas 20 minutos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


DR. JOSÉ MARIA LOPES SILVANO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
GERAL E FINANÇAS


DR. LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA